



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAr**  
**CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO**  
**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ERILANE MELO DA SILVA**

**ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2013 A 2023:  
UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA**

Parnaíba  
2025

**ERILANE MELO DA SILVA**

**ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2013 A 2023:  
UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra Carolina Silva Ribeiro

Parnaíba  
2025

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

S586e Silva, Eriane Melo da  
Endividamento das famílias brasileiras no período de 2013 a  
2023: uma análise socioeconômica [recurso eletrônico] / Eriane  
Melo da Silva. – 2025.  
54 f.

TCC (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do  
Delta do Parnaíba, 2025.  
Orientação: Profª Dra Carolina Silva Ribeiro.

1. Crises econômicas. 2. Educação financeira. 3. Endividamento  
familiar. 4. Inadimplência. 5. Políticas públicas. I. Título.

CDD: 332.024

**ERILANE MELO DA SILVA**

**ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2013 A  
2023: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA**

Monografia apresentada como exigência para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Campus Ministro Reis Velloso, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

---

**Profa. Dra. Carolina Silva Ribeiro**

Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr  
(Orientadora)

---

**Prof. Dr. José Natanael Fontenele de Carvalho**

Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr

---

**Prof. Dr. Fábio Júnior Clemente Gama**

Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr

Parnaíba  
2025

Dedico este trabalho a Deus, pela força e sabedoria em cada passo desta jornada. Aos meus pais, pelo amor incondicional, pelo exemplo de esforço e pelas orações silenciosas que sempre me sustentaram. Em cada passo que trilhei, vocês estavam lá para me apoiar. Tudo o que conquistei foi através de vocês.

## AGRADECIMENTOS

Não tem como escrever meus agradecimentos sem lembrar de tudo o que passei. Foram anos de muitos desafios, renúncias, superações, mas também de recomeços, de novos ciclos e de novos objetivos. Chegar até aqui não foi fácil, mas foi essencial para a realização dos meus sonhos. Escrevo essas palavras profundamente emocionada, pois vivi momentos intensos – alguns difíceis, outros inesquecivelmente bons – que, juntos, me tornaram mais forte e determinada.

Então, começo agradecendo primeiramente a Deus, por tudo que Ele tem feito em minha vida. Pelo cuidado, pelo zelo e por estar sempre ao meu lado. Aos meus pais, José e Adriana, meu amor eterno e minha mais profunda gratidão. Obrigada por todo o esforço, dedicação e amor. Por cuidarem de mim, por me educarem com valores sólidos e por serem minha base em todos os momentos. Aos meus irmãos, que sempre estiveram comigo, torcendo, incentivando e vibrando com cada conquista. A toda a minha família, que me acolhe com carinho e amor incondicional, muito obrigada por estarem presentes em cada etapa da minha vida.

Aos meus amigos, que considero como parte da família, obrigada pelas conversas, pelos conselhos, pelo apoio e pelas risadas. Vocês tornaram essa caminhada mais leve e feliz. À minha orientadora, Profa. Dra. Carolina Silva Ribeiro, deixo meu agradecimento especial pela paciência, dedicação e orientação durante todo o processo. Sua contribuição foi fundamental para que eu conseguisse chegar até aqui com segurança e confiança.

Agradeço aos professores que compõem a banca examinadora, Prof. Dr. José Natanael Fontenele de Carvalho e Prof. Dr. Fábio Júnior Clemente Gama, pelo tempo, pela atenção dedicada à leitura deste trabalho e pelas valiosas contribuições oferecidas. A todos os membros do corpo docente, o meu sincero muito obrigada. Sou profundamente grata por cada aprendizado compartilhado ao longo dessa jornada. Estendo também meus agradecimentos à Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr, instituição que foi fundamental na minha formação acadêmica, oferecendo não apenas conhecimento, mas também oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

Por fim, meu muito obrigada a todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa trajetória. Não tenho palavras para expressar o quanto cada um de vocês é importante na minha vida. Levo comigo tudo o que vivi até aqui e, mais do que uma conquista acadêmica, este momento representa o resultado de muita fé, amor e persistência. Amo todos vocês!

“Digo e repito: Seja forte e corajoso! Nada de desânimo e não fique com medo!

Lembre-se bem: O Senhor, seu Deus, estará com você, esteja onde estiver!”.

(Josué 1:9)

## RESUMO

Este trabalho analisa os principais fatores que contribuíram para o endividamento das famílias brasileiras entre 2013 e 2023. A pesquisa adota uma abordagem quantitativa e qualitativa, com base em dados secundários de fontes oficiais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Banco Central do Brasil, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor e Serasa. A análise concentra-se em três eixos: os efeitos das crises econômicas (recessão de 2015-2016 e pandemia da Covid-19), a expansão do crédito e as desigualdades socioeconômicas que afetam diferentes grupos da população. Os resultados apontam o desemprego como o principal fator associado ao aumento do endividamento. O cartão de crédito se destaca como a principal forma de dívida, sendo amplamente utilizado para cobrir despesas básicas, como alimentação. Mulheres, pessoas de baixa renda e com menor escolaridade foram os grupos mais impactados. A pesquisa ressalta, ainda, a importância da educação financeira como ferramenta essencial para prevenir o endividamento. A ausência de orientação adequada, tanto no ambiente escolar quanto no familiar, compromete a capacidade das famílias de gerenciar seus recursos. Conclui-se que o endividamento das famílias brasileiras reflete os impactos das crises econômicas e reforça a necessidade de ações coordenadas, como a promoção da educação financeira, o fortalecimento da renda, a geração de emprego formal e uma regulação mais responsável do crédito.

**Palavras-chave:** Endividamento familiar; Crises econômicas; Educação financeira; inadimplência; Políticas públicas.

## **ABSTRACT**

This paper analyzes the main factors that contributed to the indebtedness of Brazilian families between 2013 and 2023. The research adopts a quantitative and qualitative approach, based on secondary data from official sources such as Brazilian Institute of Geography and Statistics, Central Bank of Brazil, General Register of Employed and Unemployed Persons, Consumer Debt and Default Survey and Serasa. The analysis focuses on three axes: the effects of economic crises (2015-2016 recession and Covid-19 pandemic), credit expansion and socioeconomic inequalities that affect different groups of the population. The results indicate unemployment as the main factor associated with increased debt. Credit cards stand out as the main form of debt, being widely used to cover basic expenses, such as food. Women, low-income individuals and those with less education were the groups most impacted. The research also highlights the importance of financial education as an essential tool for preventing debt. The lack of adequate guidance, both at school and at home, compromises families' ability to manage their resources. It is concluded that the indebtedness of Brazilian families reflects the impacts of economic crises and reinforces the need for coordinated actions, such as the promotion of financial education, strengthening income, the generation of formal employment and more responsible regulation of credit.

**Keywords:** Family debt; Economic crises; Financial education; Default. Public policies.

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Dados utilizados.....	27
Tabela 1 – Taxa de desemprego no Brasil entre 2013 a 2023 (%).....	29
Tabela 2 – Admitidos, desligados e saldo de emprego no Brasil entre 2013 a 2023 (milhões).....	30
Tabela 3 – Percentual médio de famílias endividadas nas principais modalidades de dívida no Brasil entre 2013 a 2023 (%).....	34
Tabela 4 – Beneficiados e renegociação por faixa.....	44

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo dos principais acontecimentos macroeconômicos e políticos ocorridos entre 2013 e 2023.....	22
Figura 2 – Desemprego e endividamento em 2022.....	31
Figura 3 – Consumo das famílias no Brasil entre 2013 a 2023 – Taxa acumulada (%).....	32
Figura 4 – Concessões de crédito a pessoas físicas no Brasil entre 2013 a 2023 (milhões).....	33
Figura 5 – Cartão de crédito e inadimplência.....	34
Figura 6 – Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses (%).....	35
Figura 7 – Endividamento das famílias e Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres no Brasil, 2013 a 2023 - Pessoas físicas (%).....	36
Figura 8 – Famílias com contas em atraso – Média anual (%).....	37
Figura 9 – Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso – Média anual (%).....	38
Figura 10 – Famílias endividadas por gênero (%).....	39
Figura 11 – Famílias endividadas por grau de instrução (%).....	40
Figura 12 – Famílias endividadas por regiões do Brasil (%).....	41
Figura 13 – Famílias endividadas por gênero nas regiões do Brasil (%).....	41
Figura 14 – Famílias com dívidas em atraso por faixa de renda (%).....	42
Figura 15 – Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso por faixa de renda (%)...	43
Figura 16 – Evolução dos indicadores de inadimplência da PEIC.....	43
Figura 17 – Estados com mais negociações.....	44

## LISTA DE SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FBEF	Fórum Brasileiro de Educação Financeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PIB	Produto Interno Bruto
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
RNDBF	Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias
SELIC	Taxa básica de juros
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>16</b>
2.1 Consumo das famílias: entre necessidades e desejos.....	16
2.2 A educação financeira como instrumento de transformação social.....	18
2.3 Crises econômicas recentes e o endividamento.....	21
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>27</b>
<b>4. FAMÍLIAS NO LIMITE: O IMPACTO DA RECESSÃO E DA PANDEMIA NO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS (2013-2023).....</b>	<b>29</b>
4.1 Desemprego e crédito: os caminhos da dívida.....	29
4.2 Endividamento, inadimplência do consumidor brasileiro e as políticas públicas recentes.....	38
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O consumo das famílias desempenha um papel central na economia, estando diretamente associado ao padrão de vida e à dinâmica social. Segundo Mankiw (1995), as flutuações no consumo são cruciais para os ciclos econômicos, influenciando períodos de crescimento acelerado e recessões.

Além disso, Barbosa e Campbell (2006) ressaltam que o ato de consumir transcende as necessidades básicas, abrangendo dimensões culturais, sociais e simbólicas. No Brasil, o consumo representa cerca de 60% do PIB, o que reforça sua importância para a sustentabilidade e o crescimento econômico do país (Villar Martins, 2016). Esses dados evidenciam o papel central do consumo tanto para a economia quanto para o bem-estar social. No entanto, apesar de sua relevância, o consumo desordenado e excessivo pode ter efeitos negativos, como o aumento do endividamento das famílias.

O endividamento das famílias brasileiras tem ganhado destaque nas discussões econômicas e sociais, especialmente em um contexto de crises e mudanças nas políticas de crédito. Entre 2013 e 2023, o Brasil enfrentou desafios como a recessão de 2015-2016, marcada por quedas expressivas no PIB de -3,5% em 2015 e -3,28% em 2016, segundo o IBGE (2024), além da instabilidade provocada pela pandemia da Covid-19. Esses eventos impactaram profundamente as finanças das famílias, contribuindo para o aumento do endividamento, que atingiu 61,1% em 2015 e subiu para 77,92% em 2022, de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O aumento da inadimplência revelou os impactos da desaceleração econômica e da queda na renda familiar, além disso, a elevação do número de endividados, em um contexto de inflação e juros altos, estabeleceu a inadimplência como um problema social em 2022. Cabe destacar, que mesmo em um cenário de altas taxas de juros no pós-pandemia, a procura por crédito continuou a aumentar (PEIC, 2022). Logo, esse comportamento, combinado com o fácil acesso ao crédito, muitas vezes gera ciclos de endividamento difíceis de reverter.

Nesse contexto, a educação financeira surge como uma ferramenta essencial. Trata-se de um processo de aprendizagem que capacita o indivíduo a tomar decisões conscientes sobre o uso do dinheiro, promovendo o equilíbrio nas finanças pessoais (Olivieri, 2013). Complementando essa visão, Reis (2016) destaca que o conhecimento financeiro é fundamental para melhorar a qualidade de vida e impulsionar o desenvolvimento econômico,

já que as decisões individuais afetam diretamente a economia nacional, influenciando os níveis de endividamento, inadimplência e capacidade de investimento.

Sob essa perspectiva, o estudo sobre o endividamento das famílias brasileiras no período de 2013-2023 é de grande relevância devido aos impactos sociais e econômicos gerados por esse fenômeno. Nesse intervalo, o Brasil enfrentou crises econômicas significativas, como a recessão de 2015-2016 e a pandemia da Covid-19, que levaram ao aumento do desemprego e à redução da renda familiar, contribuindo para o crescimento do endividamento.

Compreender os fatores que influenciam o endividamento, incluindo o papel da educação financeira, é essencial para desenvolver políticas públicas e programas educativos que ajudem as famílias a gerenciar melhor suas finanças e reduzir a inadimplência. Portanto, esta pesquisa é relevante não só para contribuir com o desenvolvimento econômico. Neste contexto, surge a seguinte pergunta de pesquisa: A recessão econômica de 2015-2016 e a pandemia de Covid-19 contribuíram para o aumento do endividamento das famílias brasileiras no período de 2013 a 2023?

O objetivo geral do estudo é analisar os principais fatores que contribuíram para o endividamento das famílias brasileiras de 2013 a 2023. Especificamente, pretende-se avaliar o impacto de crises econômicas, como a recessão e a pandemia, no nível de endividamento; analisar a evolução do acesso ao crédito e seu papel no aumento ou na redução do endividamento e investigar as diferenças no nível de endividamento entre diferentes grupos familiares.

O presente trabalho está estruturado em seis seções, além da introdução. A seção 2 traz a revisão de literatura, abordando o consumo das famílias e a educação financeira. Na seção 3, são apresentados os procedimentos metodológicos, com descrição do tipo de pesquisa, fontes de dados e técnicas de análise. A seção 4 analisa o impacto da recessão e pandemia no endividamento das famílias brasileiras de 2013 a 2023. Por fim, a seção 5 traz as considerações finais, com conclusões e sugestões, e a seção 6 reúne as referências utilizadas.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Consumo das famílias: entre necessidades e desejos

O consumo constitui um dos pilares fundamentais da dinâmica econômica, exercendo um papel decisivo no crescimento e na estabilidade de uma economia. Sua relevância é tamanha que variações no consumo influenciam diretamente os ciclos econômicos, sendo capazes de impulsionar ou desacelerar a economia, conforme a intensidade de suas flutuações (Mankiw, 1995).

No contexto capitalista, a produção e o consumo são fundamentais para o desenvolvimento econômico, sendo que a fabricação de bens impacta diretamente o emprego, a arrecadação de impostos e outros indicadores econômicos. No Brasil, o consumo representa aproximadamente 60% do PIB, destacando sua relevância fundamental para a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico do país (Villar Martins, 2016).

Assim sendo, o consumo é uma prática que permeia todas as sociedades, configurando-se como um fenômeno global. Desse modo, para atender às necessidades básicas, é essencial estabelecer algum nível de relação com o consumo. Entretanto, a sociedade contemporânea está constantemente gerando novas demandas e estabelecendo padrões que impulsionam o consumo de forma ininterrupta (Bauman, 2008; Baudrillard, 2008). Nesse sentido, Lipovetsky (2007) destaca que vivemos em um ciclo vicioso de consumo, no qual as necessidades nunca são plenamente supridas, pois, à medida que uma é satisfeita, outra surge em seu lugar.

Macedo (2007) explica que há uma diferença entre simplesmente "desejar" algo e realmente "querer" algo. O desejo, segundo ele, é um impulso irracional, que leva as pessoas a consumirem sem pensar nas consequências, como quando alguém compra um item por impulso sem avaliar se realmente precisa ou pode pagar por ele. Já o "querer" envolve um processo mais consciente, no qual a pessoa reflete sobre sua necessidade e sobre os impactos daquela compra no futuro. Ou seja, enquanto o desejo leva ao consumismo descontrolado, o querer está ligado ao consumo consciente e planejado.

Nesse sentido, Santos e Fernandes (2011) explicam que a valorização excessiva dos bens materiais leva as pessoas a terem um desejo maior de consumir. Quanto mais importância atribuem a posses e status, mais forte se torna a vontade de adquirir novos produtos, muitas vezes sem considerar sua real necessidade ou capacidade financeira. Esse

comportamento impulsivo aumenta a probabilidade de endividamento, pois as compras frequentes e sem planejamento podem superar a renda disponível, resultando em dificuldades financeiras a longo prazo. Corroborando essa perspectiva, Mesquita et al. (2023), em estudo com moradores de São José de Ribamar – MA, identificaram uma relação direta entre a valorização de bens materiais e a maior propensão ao endividamento.

A sociedade moderna é frequentemente caracterizada como "sociedade do consumo", pois busca no ato de consumir uma forma de satisfação pessoal (Baudrillard, 2008). Nesse contexto, o consumo não se restringe apenas à aquisição de bens e serviços, mas também à construção de identidades e estilos de vida. As escolhas de consumo refletem os valores dos indivíduos e seu pertencimento a determinados grupos, sendo também uma estratégia usada por diferentes classes sociais para afirmar direitos e status. Na sociedade contemporânea, o consumo se tornou um elemento central, influenciando não apenas a economia, mas também a cultura e as relações sociais (Barbosa; Campbell, 2006).

O consumo excessivo pode levar os indivíduos a gastar além de sua capacidade financeira, resultando frequentemente em endividamento (Brown; Taylor ; Price, 2005). Além disso, segundo Pindyck e Rubinfeld (2006), muitas compras são feitas de forma impulsiva, sem considerar restrições financeiras, o que pode levar ao acúmulo de dívidas. Dessa forma, Fernandes e Paraíso (2020) ressaltam que o elevado endividamento impacta negativamente tanto as famílias quanto a economia de maneira ampla.

Piccini e Pinzetta (2014) destacam que uma pessoa é classificada como endividada quando não consegue honrar suas obrigações financeiras, tendo despesas que ultrapassam sua renda disponível. É importante destacar que, conforme Rossato, Beskow e Pinto (2019), o endividamento pode resultar de causas externas, nas quais o indivíduo não possui responsabilidade direta. Essa situação ocorre devido a fatores como: desemprego, demissão ou problemas de saúde. Neste contexto, Cerbasi (2009) argumenta que é fundamental um bom planejamento financeiro, permitindo que as pessoas evitem contrair dívidas que possam comprometer a aquisição de itens essenciais no futuro.

Moreira (2000) destaca que o dinheiro influencia diretamente as decisões e comportamentos das pessoas na sociedade capitalista, mesmo que elas não percebam isso conscientemente. O dinheiro não é apenas um meio de troca, mas também está ligado a emoções e sensações. Por exemplo, ganhar dinheiro pode trazer satisfação e segurança, enquanto a falta dele pode gerar ansiedade e frustração. Dessa forma, as escolhas financeiras não são apenas racionais, mas também carregam um forte impacto emocional.

Katona (1960) acrescenta que as famílias não tomam decisões de endividamento apenas com base na renda atual, mas também considerando as expectativas de ganhos futuros. Essa perspectiva sugere que fatores psicológicos e a confiança na estabilidade econômica influenciam diretamente as decisões financeiras, levando indivíduos a assumirem dívidas mesmo quando sua renda presente não é suficiente para cobrir seus compromissos.

No entanto, Cobra (1997) destaca que a economia é instável e o mercado está em constante mudança, o que torna a regularidade dos negócios incerta. Diante desse cenário, ele enfatiza a importância de os indivíduos reavaliarem suas prioridades de consumo, evitando gastos desnecessários e se preparando para possíveis oscilações financeiras. Esse contexto tornou-se evidente durante a pandemia da Covid-19, que afetou profundamente a economia, resultando em um aumento expressivo no endividamento das famílias brasileiras, à medida que o número de casos da doença crescia (Wingler; Pedroni; Zobel, 2021).

Cabe destacar também que, mesmo diante de inúmeros alertas sobre os perigos do consumo descontrolado, Duesenberry (1949) observou que, após atingirem um determinado padrão de consumo, as famílias tendem a resistir à redução de seus gastos, mesmo diante de dificuldades financeiras. Esse comportamento está relacionado ao desejo de manter um padrão de vida, independentemente das condições econômicas adversas. Nesse contexto, Fernandes e Paraíso (2020) destacam que esse comportamento leva muitas famílias brasileiras ao endividamento, já que adotam um consumo acima de sua realidade financeira, ultrapassando seus limites orçamentários.

## 2.2 A educação financeira como instrumento de transformação social

A educação financeira pode ser entendida como um processo contínuo de aprendizagem que busca desenvolver a capacidade integral dos indivíduos para tomarem decisões responsáveis em relação ao uso do dinheiro, promovendo uma vida equilibrada. Trata-se de um processo pessoal e interno, que é transmitido principalmente por meio de vivência e experiência prática, pois a coerência entre discurso e prática é fundamental para sua eficácia (Olivieri, 2013).

Na visão de Reis (2016), a educação financeira é considerada um meio essencial para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades, atuando como um instrumento para promover o desenvolvimento econômico. Isso ocorre porque as decisões financeiras dos indivíduos, quando analisadas em conjunto, têm um impacto direto na economia, especialmente em questões relacionadas aos níveis de endividamento,

inadimplência e capacidade de investimento dos países.

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), a educação financeira envolve o processo pelo qual consumidores e investidores aumentam seu entendimento sobre produtos e riscos financeiros, através de informação, instrução e aconselhamento objetivo, eles desenvolvem habilidades e confiança para tomar decisões informadas, reconhecer riscos e oportunidades, buscar ajuda adequada e adotar medidas eficazes para melhorar seu bem-estar financeiro.

Segundo Kiyosaki e Lechter (2000), é fundamental que o aprendizado sobre dinheiro comece desde cedo, os jovens de hoje em dia são financeiramente analfabetos e carecem do conhecimento necessário para lidar com as complexidades do mundo financeiro, que tende a priorizar o consumo em detrimento da poupança. Eker (2006) afirma que cada pessoa desenvolve sua própria maneira de lidar com o dinheiro, baseada em conhecimentos adquiridos ainda na infância. Segundo o autor, tudo o que uma criança ouve nesse período fica armazenado no subconsciente, influenciando suas atitudes financeiras ao longo da vida.

Assim, o ensino sobre educação financeira deve ser integrado em todas as etapas de ensino (Theodoro; Gindro; Júnior, 2010). Nesse sentido, Del Fiori et al. (2024) argumentam que a ausência da educação financeira na grade curricular contribui diretamente para a falta de preparo da população na administração do próprio dinheiro.

Medeiros e Pereira (2021) destacam que, embora crianças brasileiras tenham acesso a diversas disciplinas durante a educação formal, ainda há uma lacuna significativa no que diz respeito à formação financeira. Os autores apontam que o ensino escolar falha ao não preparar os indivíduos para lidar com o dinheiro e administrar adequadamente o patrimônio que futuramente poderão conquistar, o que contribui para dificuldades na gestão financeira ao longo da vida adulta, como por exemplo o endividamento.

Pires et al. (2013) complementam que, além da ausência de educação financeira nas escolas brasileiras, há também uma negligência no ambiente familiar. A falta dessa orientação, tanto no contexto escolar quanto no familiar, compromete o desenvolvimento de habilidades financeiras desde a infância, refletindo negativamente na vida adulta e contribuindo para instabilidades econômicas pessoais, com impactos significativos no desenvolvimento do país.

Diante de um cenário em que grande parte da população brasileira se encontra endividada, torna-se essencial que esse tema seja mais debatido e inserido desde os primeiros níveis da educação (Tôrres; Gomes, 2024). Neste contexto, Roza, Piana e Batista (2024) reforçam que o endividamento familiar demanda uma resposta que vá além dos aspectos

econômicos imediatos, envolvendo também ações educativas, políticas de crédito responsáveis e mecanismos de apoio social.

Essa necessidade torna-se ainda mais evidente ao se observar que, nas sociedades contemporâneas, o crescimento do endividamento das famílias está frequentemente associado à má administração financeira. A ausência de controle sobre a destinação dos recursos e a falta de planejamento orçamentário comprometem a saúde financeira dos lares. Somado a isso, o apelo constante ao consumo e a facilidade de acesso ao crédito contribuem para a antecipação de gastos, resultando em dívidas prolongadas e, muitas vezes, com juros elevados (Santos; Silva, 2014). Cabe destacar que, segundo Claudino et al. (2014), quanto menor o conhecimento em educação financeira, maior tende a ser o nível de endividamento.

Segundo Fortuna (2005), ao administrar finanças pessoais, o consumidor precisa ter consciência de que não deve gastar mais do que ganha. O autor também ressalta que muitas pessoas utilizam o cartão de crédito para pagar contas que poderiam ser quitadas à vista, o que pode resultar em um acúmulo significativo de dívidas. Cerbasi (2009) complementa afirmando que realizar gastos com base exclusivamente no saldo disponível é um indicativo de falta de responsabilidade financeira, uma vez que desconsidera a necessidade de poupar para o futuro.

Uma pesquisa realizada em 2015 pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) em parceria com o Meu Bolso Feliz revelou que 69% dos brasileiros enfrentavam dificuldades para gerenciar seus orçamentos pessoais, indicando uma falta de controle financeiro generalizada. Além disso, 41% dos entrevistados não mantinham um controle adequado de suas reservas financeiras. Para agravar a situação, 64% deles não consideravam o controle do orçamento uma prioridade, citando motivos como preguiça e falta de disciplina.

Para Rassier (2010), todas as pessoas deveriam adotar estratégias para economizar e gerenciar seus gastos, como manter registros detalhados das despesas e acompanhar esses dados com frequência. Por meio da educação financeira, é possível tomar decisões mais assertivas tanto a curto quanto a longo prazo (Donadio; Campanário; Rangel, 2012).

Reconhecendo essa importância, diversos países passaram a investir em políticas voltadas à educação financeira ao longo dos anos. Nos Estados Unidos, em 2008 a exigência de cursos de finanças pessoais variava entre os estados, com alguns tornando a disciplina obrigatória por pelo menos um semestre, enquanto outros adotaram abordagens diferentes (Da Silva; Powell, 2015).

No Brasil, embora a educação financeira não faça parte do currículo obrigatório, foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) pelo Decreto nº 7.397/2010

(Brasil, 2010), com o objetivo de fortalecer a educação financeira e previdenciária no país. Em 2020, o Decreto nº 10.393 (Brasil, 2020) estabeleceu uma nova Estratégia Nacional de Educação Financeira e instituiu o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), voltado à promoção da educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal.

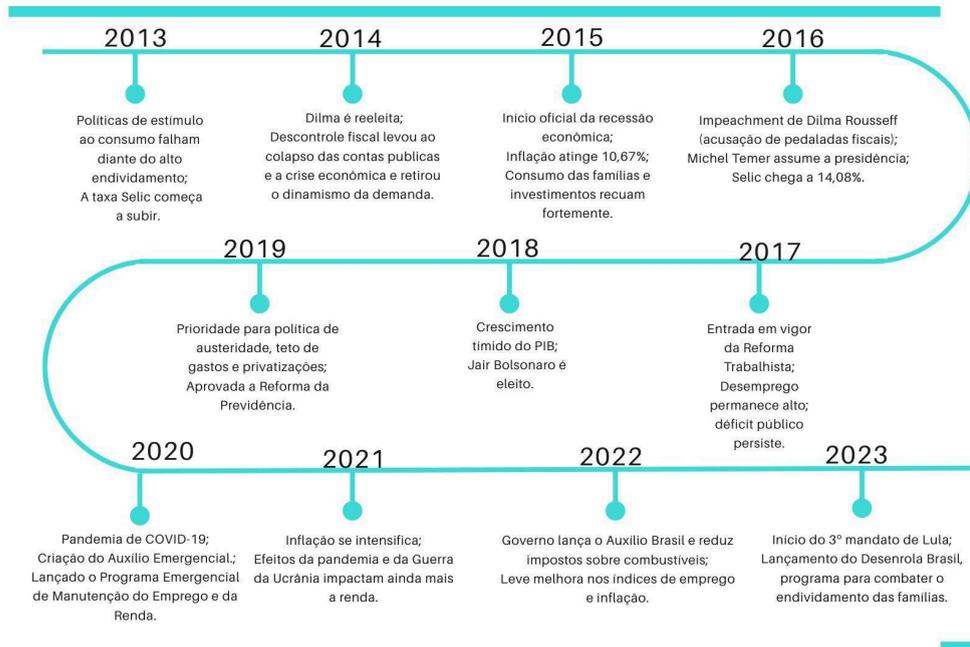
De acordo com De Oliveira et al. (2025), iniciativas educativas como a ENEF contribuem significativamente para o fortalecimento da capacidade dos indivíduos em lidar com adversidades econômicas, promovendo uma sociedade mais estável e consciente financeiramente. Tais iniciativas ampliam o conhecimento sobre temas como aposentadoria e consumo, incentivando decisões mais fundamentadas. À luz disso, a educação financeira torna-se essencial para promover a alfabetização financeira da população, configurando-se como um desafio social e uma questão de interesse político (Clark et al., 2001).

### 2.3 Crises econômicas recentes e o endividamento

Nas últimas décadas, o Brasil passou por períodos críticos que afetaram profundamente sua economia e sociedade, como a recessão iniciada em 2014 e a pandemia da Covid-19 a partir de 2020. Essas crises impactaram diretamente os principais indicadores macroeconômicos, PIB, a taxa de desemprego, a inflação, os juros e o nível de endividamento das famílias.

Diante desse contexto, torna-se essencial observar a evolução das crises econômicas e seus desdobramentos ao longo da última década. Entre 2013 e 2023, o país atravessou diferentes fases de instabilidade, cujas causas e efeitos variaram conforme o governo e as estratégias adotadas. A Figura 1 apresenta, em ordem cronológica, os eventos e políticas que marcaram o período em análise, facilitando a compreensão de sua evolução.

Figura 1 – Linha do tempo dos principais acontecimentos macroeconômicos e políticos ocorridos entre 2013 e 2023



Fonte: Elaboração própria, 2025.

A crise econômica e política que se aprofundou no Brasil a partir do final de 2014 tem raízes em 2011, ano do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), onde fatores externos e internos começaram a agravar negativamente a economia. O enfraquecimento da economia global, com destaque para a desaceleração da China, a recessão europeia e a queda nos preços das commodities, reduziu o dinamismo da economia brasileira (Gentil, 2017).

No início do governo Dilma Rousseff, a economia ainda mantinha certo dinamismo, porém os sinais de desaceleração surgiram em breve. Buscando estimular o crescimento da economia nacional, o governo Dilma Rousseff adotou a chamada Nova Matriz Macroeconômica, apostando em medidas como desonerações fiscais, desvalorização cambial e redução da taxa básica de juros. A política partia da premissa de que a desaceleração da economia brasileira era consequência da queda na demanda agregada (Oreiro, 2017).

Dessa forma, a taxa básica de juros (Selic) foi reduzida e o governo interferiu no câmbio para corrigir distorções, mas as medidas tiveram efeitos negativos: a inflação subiu e o real se desvalorizou (Reis, 2016). Simultaneamente, foram adotadas políticas como a redução dos investimentos públicos, o corte nos gastos sociais e a concessão de desonerações tributárias, o que contribuiu ainda mais para o desequilíbrio fiscal e o aprofundamento da crise econômica (Gentil, 2017).

Nesse cenário de crescente instabilidade, o governo Dilma tentou manter os incentivos

ao consumo das famílias no mesmo ritmo da gestão anterior. No entanto, não obteve êxito, uma vez que os lares brasileiros já estavam sobrecarregados com dívidas, sobretudo em função da facilidade de acesso ao crédito nos anos anteriores. Como consequência, as famílias passaram a reduzir seus gastos ( Sato; Payés, 2016).

A condução da política econômica, especialmente durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, foi alvo de interpretações divergentes: de um lado, argumenta-se que o suposto descontrole fiscal levou ao colapso das contas públicas e à crise econômica; de outro, sustenta-se que a guinada ortodoxa, marcada por cortes de gastos e investimento público, retirou o dinamismo da demanda e precipitou a crise. Em ambas as abordagens, ortodoxa ou heterodoxa, o consenso é que a política fiscal teve um papel central tanto na desaceleração quanto no agravamento da recessão que se manifestou entre 2015 e 2016 como uma das mais severas da história recente do Brasil (Dweck; Teixeira, 2017).

Nesse período, o PIB apresentou forte retração, acompanhada pela disparada do desemprego e da inflação. A taxa Selic, inicialmente reduzida para impulsionar a atividade econômica, precisou ser elevada a partir de 2013 para conter a alta dos preços. Ao mesmo tempo, o consumo das famílias recuou devido à queda da renda e ao elevado endividamento, aprofundando a desaceleração econômica e desestimulando novos investimentos (Reis, 2016; Corsi, 2018). De acordo com o IBGE (2024), esse cenário resultou em uma queda de 3,55% no PIB em 2015, enquanto a inflação alcançou 10,67%, evidenciando um contexto de instabilidade econômica e perda do poder de compra da população. A Selic chegou a 14,08% em 2016, um dos níveis mais altos do período, superando as expectativas iniciais (Bacen, 2025).

A partir de junho de 2013, a popularidade da presidente Dilma Rousseff começou a declinar, processo que culminou em seu impeachment em 2016, sob a acusação das chamadas “pedaladas fiscais”. Assim, no final daquele ano, seu vice Michel Temer assumiu a presidência. Sua gestão (2016-2018) ficou marcada pela adoção de uma agenda econômica neoliberal e severamente austera, destacando-se a Emenda Constitucional nº 95, que congelou os gastos públicos por 20 anos, impactando áreas sensíveis como saúde e educação. Além disso, implementou a reforma trabalhista, que flexibilizou direitos, e tentou avançar com a reforma da previdência, que só foi aprovada no governo seguinte. Essas medidas foram uma resposta à crise econômica, porém aprofundaram os cortes sociais e agravaram os efeitos da recessão sobre os segmentos mais vulneráveis da população (Carvalho, 2018; Souza; Soares, 2019).

Segundo Matias (2021), a reforma trabalhista, que entrou em vigor em 2017, tinha

como objetivo modernizar a legislação e estimular a geração de empregos e renda, mas, na prática, houve aumento nas taxas de desemprego nesse período. Paralelamente, o ajuste fiscal adotado não conseguiu reverter o déficit das contas públicas, que permaneceram no vermelho, sendo o controle da inflação o único aspecto positivo. Apesar dos esforços para conter a crise e retomar o crescimento, a economia brasileira permaneceu fragilizada, ainda impactada pelas decisões equivocadas da política econômica do governo Dilma. Em 2018, o país registrou apenas um leve crescimento do PIB, comprometido pelo elevado endividamento das famílias, o que continuou a limitar o consumo e, conseqüentemente, a recuperação econômica (Mori, 2019).

Além disso, Matias (2021) argumenta que o governo Temer ficou marcado por ataques aos direitos trabalhistas e consolidou um governo alinhado exclusivamente aos interesses da burguesia nacional, sem necessidade de compartilhar o poder com a classe trabalhadora. Embora tenha contado com o apoio da elite econômica, sua gestão foi prejudicada por escândalos de corrupção e baixa popularidade, o que inviabilizou a continuidade de sua agenda. Em 2018, a elite econômica apoiou Jair Bolsonaro, que se apresentou como defensor da ortodoxia fiscal, do combate à corrupção e com um discurso antipolítico.

O governo Bolsonaro (2019-2022) assumiu uma proposta de seguir uma agenda econômica neoliberal. Seu plano incluía o controle dos gastos públicos por meio da manutenção do teto de gastos, além das reformas previdenciária, tributária e administrativa. Também havia a intenção de reduzir o tamanho do Estado com privatizações (Brasil, 2020). A reforma da Previdência foi aprovada e implementada em 2019. No entanto, a proposta de reforma tributária não avançou. A agenda liberal foi parcialmente interrompida em razão da pandemia de Covid-19, que exigiu medidas emergenciais e maior intervenção do Estado (De Araújo, 2025).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia de Covid-19 em março de 2020, levando diversos países a adotarem medidas restritivas à circulação de pessoas para conter a disseminação do vírus. Essas medidas resultaram em uma crise global com impactos simultâneos na oferta e na demanda. Do lado da oferta, a limitação da mobilidade afetou o funcionamento de empresas em vários setores. Já do lado da demanda, a queda no consumo foi inicialmente causada pelas restrições à circulação e, posteriormente, agravada pelo aumento do desemprego e pela perda de renda da população (De Araújo, 2025).

Quando a pandemia chegou ao Brasil em 2020, o governo demorou a agir de forma eficaz. As primeiras medidas econômicas foram tímidas, focadas em adiar impostos e antecipar benefícios, sem aumento real dos gastos públicos. Ao mesmo tempo, o presidente

Jair Bolsonaro subestimou a gravidade da pandemia, chegando a chamá-la de “gripezinha” e minimizando a necessidade das medidas de isolamento. Essa postura atrasou a resposta do governo e gerou insegurança. Sob pressão da sociedade e do Congresso, o governo acabou adotando o auxílio emergencial, fundamental para proteger a população mais vulnerável, especialmente os trabalhadores informais (De Araújo, 2025; Vaz; Machado, 2023; Prando, 2022).

Além disso, em 2020 o Congresso aprovou o estado de calamidade pública, liberando o governo de cumprir as metas fiscais e permitindo aumentar os gastos para enfrentar a crise, mesmo com a queda na arrecadação. Em maio de 2020, o Congresso aprovou o “Orçamento de Guerra”, permitindo ao governo usar recursos fora das limitações da “regra de ouro<sup>1</sup>” para enfrentar a crise da Covid-19. Antes disso, Bolsonaro chegou a propor a suspensão de contratos e redução de jornada sem compensação, mas, após pressão do Congresso, foi criado o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. O programa autorizava redução de salário e jornada ou suspensão de contratos, com compensação financeira paga pelo governo e garantia de estabilidade ao trabalhador (Vaz; Machado, 2023).

A política adotada ajudou as empresas a economizar durante a crise, ao mesmo tempo em que garantiu aos trabalhadores a continuidade do emprego e uma renda reduzida, mas essencial, mesmo em condições mais precárias (De Araújo, 2025). Carvalho (2023) argumenta que a pandemia da Covid-19 comprometeu a saúde financeira das famílias, elevando os níveis de endividamento e evidenciando que esses problemas resultam do acúmulo de obrigações financeiras ao longo do tempo, e não de situações pontuais.

A partir do segundo semestre de 2021, a inflação se intensificou e, com os efeitos econômicos da Guerra da Ucrânia, a renda real da população foi ainda mais prejudicada. Em 2022, o governo lançou o Auxílio Brasil e cortou impostos sobre combustíveis para conter a impopularidade. Houve leve queda da inflação e pequena alta no emprego no terceiro trimestre (Marquetti; Miebach; Morrone, 2023).

Nesse contexto, De Araújo (2025) destaca que, embora o Brasil tenha enfrentado uma crise externa grave, as escolhas econômicas do governo limitaram o desempenho do país. Apesar de avançar em reformas neoliberais, como a privatização de estatais e a autonomia do Banco Central, a promessa de crescimento econômico não se concretizou. A resposta à crise da Covid-19 foi pragmática, com expansão fiscal e flexibilização monetária, porém sem mudanças profundas no modelo econômico. O controle rígido do gasto público e a

---

<sup>1</sup> A Regra de Ouro é uma diretriz constitucional fundamental no ordenamento da dívida pública brasileira, ao estabelecer a proibição de contrair empréstimos em valor superior às despesas de capital (Ferreira, 2019).

manutenção do teto limitaram o impacto positivo da recuperação econômica. Após a fase mais crítica da pandemia, a agenda de redução do Estado voltou a ser prioridade, o que manteve a estagnação econômica e contribuiu para a derrota eleitoral de Bolsonaro.

O início do terceiro mandato de Lula (2023-2026) foi marcado pela retomada de promessas de campanha e pela reestruturação de políticas públicas voltadas à inclusão social e à estabilidade fiscal. Entre as principais ações, destacam-se a recriação do Bolsa Família com novas exigências para os beneficiários, a reativação do Minha Casa, Minha Vida, a proposta de reforma tributária e a adoção de um novo marco fiscal. Uma iniciativa inédita foi a criação do programa “Desenrola Brasil”, coordenado pelo Ministério da Fazenda, com a finalidade de reabilitar financeiramente milhões de brasileiros endividados (Josino; Fonteles; Pordeus, 2023).

Esse conjunto de medidas surgiu em resposta a uma conjuntura econômica fragilizada, agravada pelos impactos da pandemia da Covid-19, que comprometeu a renda das famílias e elevou significativamente o endividamento (Josino; Fonteles; Pordeus, 2023). O programa iniciado em 2023 foi de suma importância, pois reabilitou financeiramente milhões de brasileiros endividados, destacou-se por reduzir o endividamento das camadas mais vulneráveis da população e conter o crescimento da inadimplência em todo o país (Brasil, 2024).

### 3. METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, foi feita uma pesquisa bibliográfica, que conforme destaca Gil (2002), consiste no estudo desenvolvido a partir de materiais já publicados, como livros, artigos científicos e outras fontes teóricas, permitindo ao pesquisador aprofundar o conhecimento sobre o tema e embasar a análise com fundamentos já consolidados na literatura.

Além disso, envolve uma pesquisa descritiva e explicativa do endividamento das famílias brasileiras utilizando dados secundários. As pesquisas descritivas identificam as características de um fenômeno, enquanto as explicativas buscam compreender suas causas e influências (Gil, 2002). A abordagem adotada neste estudo é de caráter quantitativo e qualitativo, o que permite uma análise abrangente tanto dos dados numéricos quanto das percepções e contextos relacionados ao endividamento das famílias. Convém destacar ainda que, para a realização deste estudo, foi utilizado como referência o trabalho de Bortoluzzi et al. (2015), que serviu de base para a definição da estrutura metodológica e do delineamento da pesquisa.

O recorte temporal da pesquisa, de 2013 a 2023, foi definido para analisar o endividamento das famílias brasileiras, levando em conta eventos econômicos significativos, como a recessão de 2015-2016 e a pandemia de Covid-19, a partir de 2020. Para fazer essa análise os dados foram extraídos de fontes oficiais e confiáveis, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil (BACEN), Serasa, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Os dados centrais desta análise encontram-se dispostos no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Dados utilizados

<b>Indicador</b>	<b>Fonte</b>
Consumo das Famílias, Taxa de desemprego	IBGE
Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional, Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres, Concessões de crédito - Pessoas físicas	BACEN
Admitidos, desligados e saldo de emprego	CAGED
Famílias endividadas nas principais modalidades de	

dívida, Endividamento das famílias, Famílias com contas em atraso, Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso, Famílias endividadas por gênero, Famílias endividadas por grau de instrução, Famílias endividadas por regiões do Brasil, Famílias com contas em atraso e sem condições de pagar por faixa de renda	PEIC/CNC
---	----------

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Dessa forma, a combinação entre pesquisa bibliográfica e análise quantitativa descritiva possibilita uma abordagem robusta e fundamentada para compreender o fenômeno do endividamento das famílias brasileiras. A utilização de fontes oficiais garante a confiabilidade das informações analisadas, enquanto o recorte temporal permite observar variações ao longo de diferentes contextos econômicos.

#### 4. FAMÍLIAS NO LIMITE: O IMPACTO DA RECESSÃO E DA PANDEMIA NO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS (2013-2023)

##### 4.1 Desemprego e crédito: os caminhos da dívida

A partir de 2010, o Brasil passou a vivenciar um período de desaceleração econômica que muitos economistas passaram a classificar como a "terceira década perdida". Esse período foi marcado por baixo crescimento do PIB, desequilíbrios fiscais persistentes e um ambiente econômico cada vez mais instável.

Um dos reflexos mais evidentes desse cenário foi o avanço do desemprego no país. Como demonstra a Tabela 1, em 2013, a taxa de desemprego era de 7,3%. No entanto, ao longo dos anos seguintes, essa taxa apresentou crescimento expressivo, alcançando 11,7% em 2016. A Região Nordeste foi particularmente a mais afetada, registrando nesse mesmo ano, a maior taxa de desemprego entre todas as regiões do Brasil, com 13,7%.

A tendência de alta continuou em 2017, com a taxa nacional de desemprego atingindo 12,6%. Apesar de uma leve redução observada em 2019, os impactos econômicos da pandemia de Covid-19 reverteram esse avanço. Em 2021, o desemprego chegou a 14,0%, configurando um dos maiores índices da última década. Novamente, o Nordeste se destacou negativamente, com uma taxa de 18,2%, evidenciando a vulnerabilidade socioeconômica da região frente às crises nacionais.

Tabela 1 – Taxa de desemprego no Brasil entre 2013 a 2023 (%)

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2013	7,3	7,8	9,5	7,3	4,4	5,9
2014	7,0	7,7	8,6	7,2	4,3	6,1
2015	8,9	9,1	10,1	9,5	5,7	7,6
2016	11,7	11,8	13,7	12,1	7,8	10,1
2017	12,6	12,0	14,8	13,4	8,4	10,6
2018	12,2	12,4	14,6	12,8	7,8	9,3
2019	11,8	11,8	14,2	12,3	7,6	10,2
2020	13,8	12,1	17,3	14,3	8,8	11,9
2021	14,0	13,5	18,2	14,5	8,0	11,5
2022	9,6	9,9	13,0	9,5	5,6	7,3
2023	7,8	7,7	11,0	7,5	4,7	6,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, 2025.

Além disso, verifica-se na Tabela 2 que entre 2013 e 2023, o mercado de trabalho

formal brasileiro passou por três fases distintas. Nos anos de 2013 e 2014, houve crescimento moderado, com saldos positivos acima de 250 mil empregos. A partir de 2015, porém, o país enfrentou um período de estagnação, com forte queda nas admissões e saldos cada vez menores, um reflexo da crise econômica e política.

O ano de 2020 marcou um ponto crítico, com saldo negativo de 190 mil vagas, consequência direta da pandemia da Covid-19. No entanto, os anos seguintes registraram uma rápida recuperação, especialmente em 2021 e 2022, com saldos de 2,78 milhões e 2,01 milhões de empregos, respectivamente. Já em 2023, o ritmo de crescimento desacelerou, mas o saldo permaneceu positivo em 1,45 milhões, indicando um possível processo de estabilização pós-pandemia. Esses dados evidenciam a sensibilidade do mercado de trabalho às condições econômicas e sociais do país, além da capacidade de recuperação diante de cenários adversos.

Tabela 2 – Admitidos, desligados e saldo de emprego no Brasil entre 2013 a 2023 (milhões)

<b>Ano</b>	<b>Admitidos</b>	<b>Desligados</b>	<b>Total</b>	<b>Saldo de empregos</b>
2013	1.505.262	1.097.387	2.602.649	407.875
2014	1.217.414	949.438	2.166.852	267.976
2015	976.564	886.002	1.862.566	90.562
2016	675.441	630.636	1.306.077	44.805
2017	678.550	567.085	1.245.635	111.465
2018	604.261	478.894	1.083.155	125.367
2019	484.361	399.908	884.269	84.453
2020	15.622.374	15.812.558	31.434.932	-190.184
2021	20.943.625	18.161.618	39.105.243	2.782.007
2022	22.723.211	20.708.636	43.431.847	2.014.575
2023	23.299.795	21.845.329	45.145.124	1.454.466

Fonte:Elaboração própria a partir dos dados do CAGED, 2025.

Como foi possível observar nos dados acima, houve um grande número de desempregados no período analisado. É oportuno mencionar que as oscilações no emprego contribuem significativamente para o aumento do endividamento das famílias (Bortoluzzi et al., 2015). Sabendo disso, é importante destacar que o desemprego é uma das principais causas do endividamento no Brasil. De acordo com o Serasa, em 2022, 29% dos entrevistados apontaram o desemprego como o principal motivo para estarem endividados. Mesmo com uma tendência de queda nas taxas de desemprego ao longo dos anos, os efeitos ainda foram bastante expressivos, afetando principalmente as mulheres (observar Figura 2).

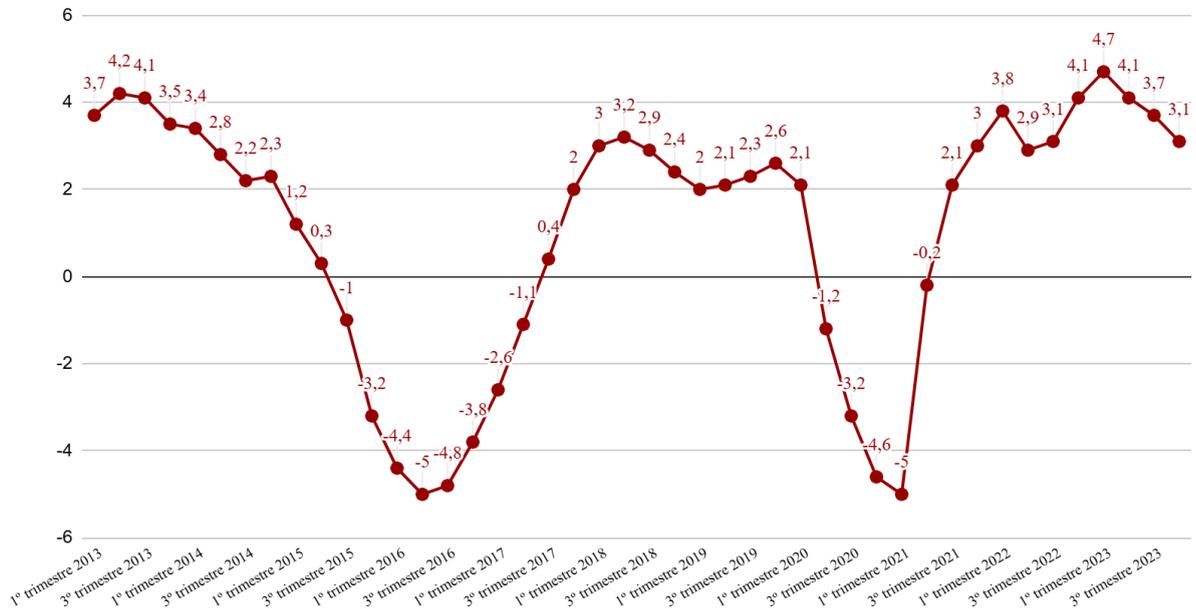
Figura 2 – Desemprego e endividamento em 2022



Fonte: Serasa, 2022.

Sob esse aspecto, pode-se observar na Figura 3 que o consumo das famílias apresentou crescimento até o segundo trimestre de 2013 (4,2%). A partir do terceiro trimestre, iniciou-se uma trajetória de queda. Em 2015, a retração foi de -1% no terceiro trimestre, aprofundando-se para -5% no segundo trimestre de 2016. A queda foi impulsionada pelo aumento do desemprego, queda na renda real e crescimento do endividamento (Corsi, 2018). A partir de 2017, houve sinais de recuperação, a retração do consumo recuou para -1,1% no segundo trimestre, e em 2018 registrou crescimento de 3,2%, o maior desde 2013. Com a pandemia da Covid-19, o consumo voltou a cair, retornando aos patamares observados durante a recessão de 2016.

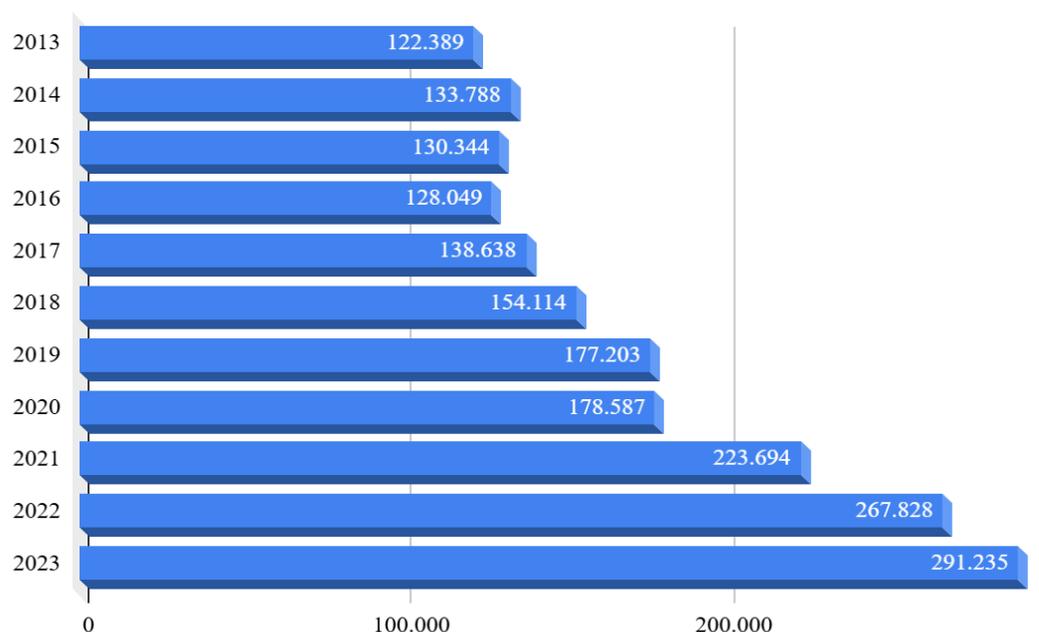
Figura 3 – Consumo das famílias no Brasil entre 2013 a 2023 – Taxa acumulada (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, 2025.

A Figura 4 evidencia que entre 2013 e 2023, o valor das concessões de crédito às famílias quase triplicou, passando de R\$122.389 milhões para R\$291.235 milhões. Nos primeiros anos (2013 a 2016), os valores ficaram mais estáveis, com pequenas quedas, o que pode ter sido causado pela crise econômica do país nesse período. A partir de 2017, as concessões começaram a crescer com mais força, mostrando que as famílias voltaram a buscar mais crédito. Durante a pandemia (2020), o crédito continuou subindo, mas de forma mais lenta, o crescimento mais forte aconteceu entre 2021 e 2023, quando o crédito aumentou bastante.

Figura 4 – Concessões de crédito a pessoas físicas no Brasil entre 2013 a 2023 (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados do Bacen, 2025.

A seguir, a Tabela 3 apresenta os percentuais médios de famílias endividadas nas principais formas de crédito, de 2013 a 2023. Os dados mostram que o cartão de crédito é a modalidade mais utilizada pelas famílias, com percentual médio de endividadas acima de 75% desde 2013, chegando a quase 87% em 2023. Esse aumento foi especialmente acentuado durante a pandemia (2020–2022), refletindo a maior dependência desse tipo de crédito, que é de fácil acesso e uso imediato.

Durante a recessão (2015–2016), houve uma leve queda no endividamento com financiamento de veículos, de 13,7% em 2015 para 11,2% em 2016, indicando que as famílias reduziram gastos com bens duráveis e evitaram compromissos financeiros longos. A mesma tendência foi observada para o financiamento habitacional, que teve pequena oscilação, demonstrando menor disposição para comprometer renda em longo prazo.

Já o crédito pessoal e o crédito consignado se mantiveram relativamente estáveis durante a recessão, mas tiveram crescimento moderado no período da pandemia. Em 2023, o crédito pessoal atingiu 11,8%, maior índice da série, indicando maior necessidade das famílias por liquidez rápida. O uso do cheque especial e do cheque pré-datado mostrou queda contínua, especialmente a partir de 2019, evidenciando a substituição dessas modalidades por opções digitais e mais modernas, como as oferecidas pelas fintechs, mesmo tendo altas taxas de juros.

Tabela 3 – Percentual médio de famílias endividadas nas principais modalidades de dívida no Brasil entre 2013 a 2023 (%)

Tipos de dívidas	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Cartão de crédito</b>	75,2	75,3	76,1	77,1	76,7	76,9	78,7	78,0	82,6	86,6	86,8
<b>Carnês</b>	18,7	17,0	16,9	15,4	15,7	15,4	15,3	16,8	18,1	19,0	16,1
<b>Financiamento de carro</b>	12,2	13,8	13,7	11,2	10,2	10,5	9,9	10,7	11,6	10,4	9,6
<b>Crédito pessoal</b>	10,5	9,5	9,0	10,3	10,3	9,4	8,2	8,5	9,0	9,0	11,8
<b>Financiamento de casa</b>	6,1	7,8	8,3	7,9	8,2	8,7	8,7	9,5	9,1	8,1	6,8
<b>Crédito consignado</b>	5,2	4,7	4,6	5,4	5,6	5,6	5,5	6,6	6,5	5,5	5,2
<b>Cheque especial</b>	6,2	5,6	6,2	7,2	6,7	5,8	5,9	5,9	5,6	5,4	4,5
<b>Outras dívidas</b>	2,5	2,3	2,2	2,4	2,6	3,0	2,4	2,2	2,3	2,2	2,1
<b>Cheque pré-datado</b>	2,2	1,8	1,7	1,7	1,4	1,1	1,9	0,9	1,0	0,6	0,4
<b>Não respondeu</b>	0,3	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,1	0,1
<b>Não sabe</b>	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0

Fonte: Elaboração própria a partir do dados da PEIC/CNC, 2025.

Conforme ilustrado na Figura 5, o Serasa apontou que 65% das compras realizadas com cartão de crédito foram destinadas à aquisição de alimentos, seguidas pela compra de outros produtos de consumo. Ou seja, muitas pessoas estão se endividando para adquirir itens básicos do dia a dia, o que evidencia a fragilidade financeira de grande parte da população (Serasa, 2022).

Figura 5 – Cartão de crédito e inadimplência

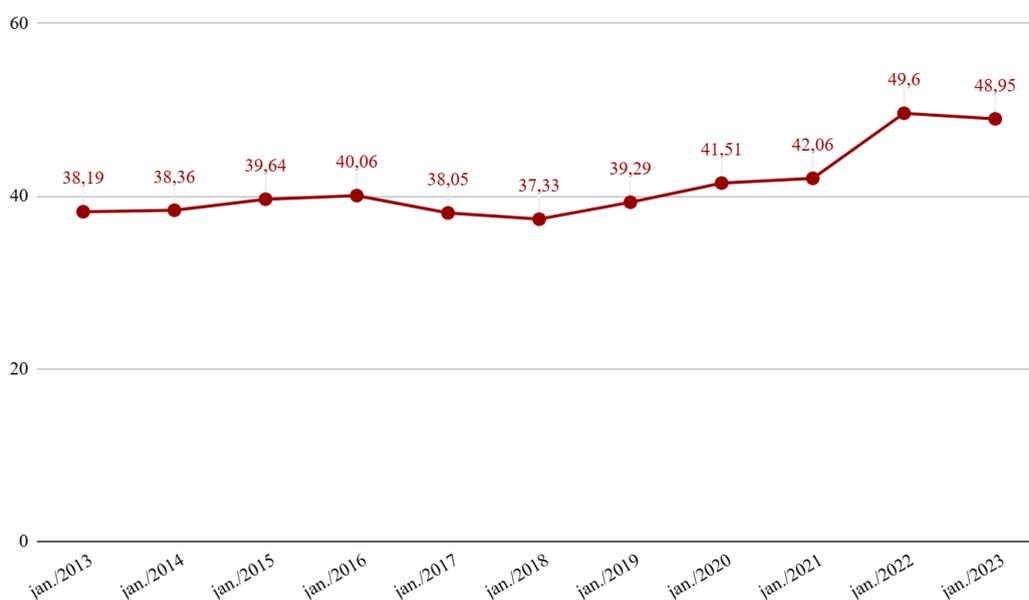


Fonte: Serasa, 2022.

Entre 2013 e 2019, o nível de endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses (RNDBF) manteve-se relativamente estável, variando entre 37% e 40%. Esse período reflete uma certa contenção no crescimento das dívidas em relação à renda, mesmo com a recessão de 2015–2016, quando o índice subiu levemente, passando de 38,36% (2014) para 40,06% (2016).

A partir de 2020, já no início da pandemia da Covid-19, observa-se um aumento mais expressivo do endividamento, o indicador saltou de 41,51% em 2020 para 49,6% em 2022, o maior percentual da série. Isso reflete a queda da renda real das famílias e o aumento da dependência do crédito como alternativa de consumo e sobrevivência durante a crise sanitária e econômica. Em 2023, o índice recuou levemente para 48,95%, mas ainda se manteve em patamar elevado, indicando que as famílias seguem com alto comprometimento da renda, mesmo com alguma recuperação econômica. Esses dados podem ser observados na Figura 6 a seguir.

Figura 6 – Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses (%)



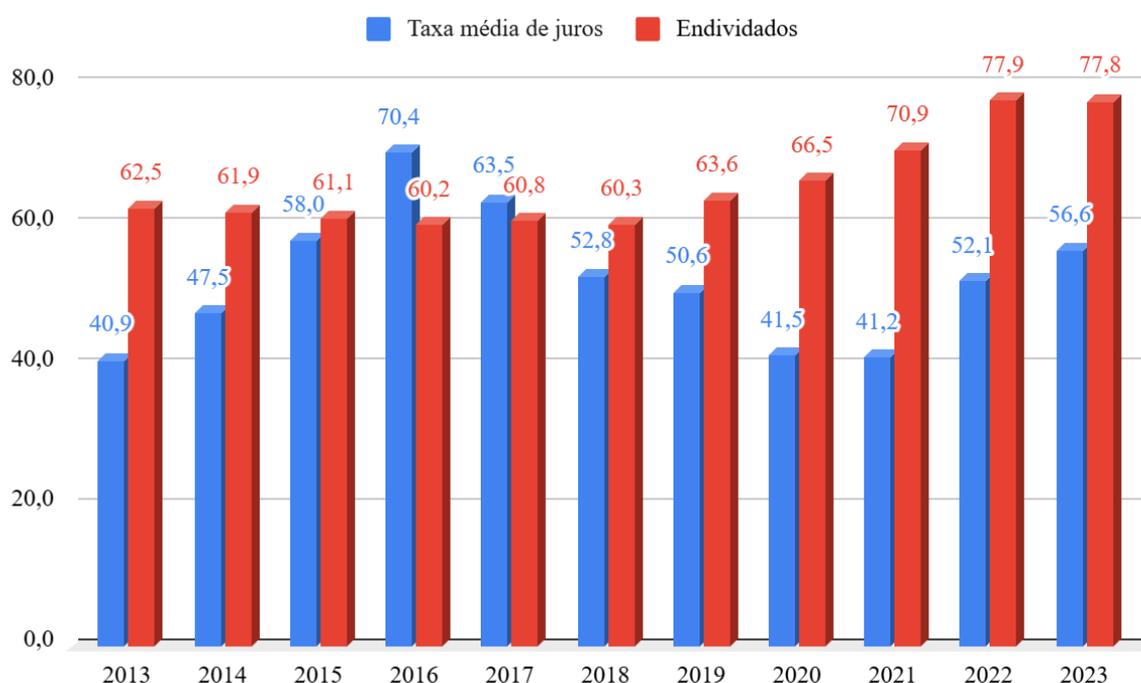
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Bacen, 2025.

Através da Figura 7 podemos constatar que entre 2013 e 2016, durante a recessão econômica, a taxa média de juros subiu de 40,9% para 70,4% ao ano, enquanto o percentual de famílias endividadas caiu de 62,5% para 60,2%. A crise e o aumento dos juros desestimularam o crédito, reduzindo o consumo financiado. A partir de 2017, com a

recuperação gradual da economia, os juros começaram a cair e chegaram a 41,2% em 2021.

No entanto, com a chegada da pandemia em 2020, muitas famílias perderam renda e recorreram ao crédito para cobrir despesas básicas. O endividamento disparou, passando de 66,5% em 2020 para 70,9% em 2021, atingindo o maior nível em mais de uma década. Mesmo com a alta dos juros a partir de 2022, o endividamento seguiu em alta, alcançando 77,9% e se mantendo elevado em 2023, com 77,8%. A inflação, o desemprego e os juros elevados dificultaram o controle do orçamento doméstico, agravando o cenário de inadimplência.

Figura 7 – Endividamento das famílias e Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres no Brasil, 2013 a 2023 - Pessoas físicas (%)



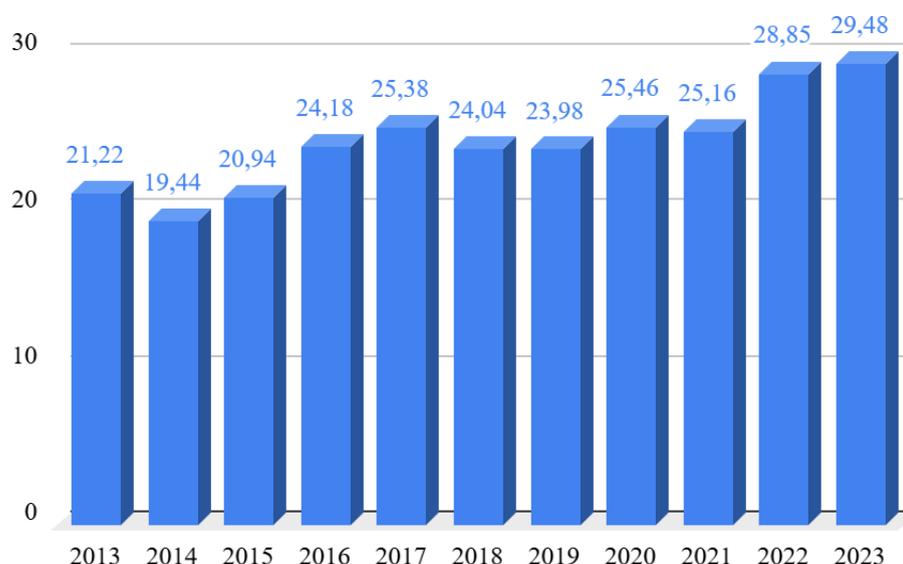
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PEIC/CNC e Bacen, 2025.

Já o percentual de famílias com contas em atraso, como pode ser observado na Figura 8, oscilou entre 21,22% em 2013 e 19,44% em 2014, mantendo-se relativamente estável. No entanto, com a recessão econômica entre 2015 e 2016, esse índice subiu para 24,18% em 2016, indicando aumento da dificuldade das famílias em honrar compromissos financeiros.

A partir de 2018 houve uma leve melhora, com os atrasos caindo para cerca de 24%. Esse movimento refletiu uma tentativa de recuperação econômica, impulsionada pela melhora gradual nos índices de desemprego e inflação. Contudo, essa estabilidade foi interrompida

com a chegada da pandemia da Covid-19, que elevou novamente o número de contas em atraso para 25,46% em 2020. O pós pandemia foi marcado pelo salto na inadimplência, alcançando 28,85% em 2022 e 29,48% em 2023, o maior patamar da série analisada. Esse cenário revela que o endividamento crescente, combinado com condições econômicas adversas, tem comprometido cada vez mais a capacidade de pagamento das famílias brasileiras.

Figura 8 – Famílias com contas em atraso – Média anual (%)

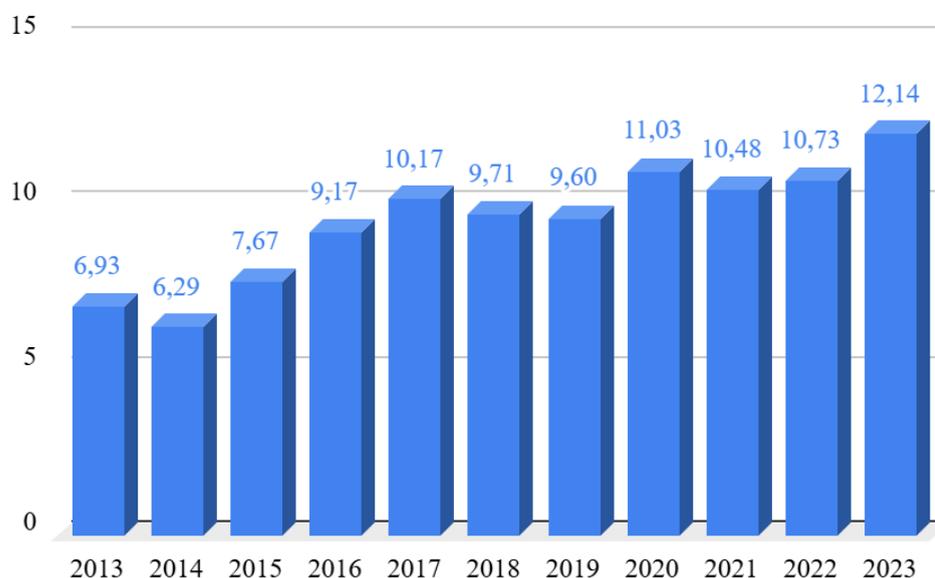


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PEIC/CNC, 2025.

No período analisado, como é possível visualizar na Figura 9, a proporção de famílias que declararam não ter condições de pagar suas dívidas quase dobrou, passando de 6,93% em 2013 para 12,14% em 2023. Esse crescimento reflete o aumento da vulnerabilidade financeira da população ao longo da última década, impulsionado por crises econômicas sucessivas, alta da inflação e deterioração do mercado de trabalho.

Durante a recessão econômica de 2015 e 2016, o indicador saltou de 7,67% para 9,17%, evidenciando os efeitos do desemprego e da queda da renda. Na pandemia de 2020, o cenário se agravou, o percentual subiu para 11,03%. Apesar da reabertura econômica nos anos seguintes, os juros altos e a inflação persistente agravaram o cenário. Em 2023, o índice chegou a 12,14%, indicando o crescimento da dificuldade das famílias em quitar seus compromissos financeiros.

Figura 9 – Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso – Média anual (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PEIC/CNC, 2025.

Diante dos dados analisados, fica evidente que o Brasil atravessou um ciclo prolongado de dificuldades econômicas entre 2013 e 2023, caracterizado por altas taxas de desemprego, retração no consumo das famílias, crescimento expressivo do endividamento e uma forte dependência do crédito, especialmente o de fácil acesso, como o cartão de crédito. A crise econômica e política, agravada pelos efeitos da pandemia, impactou diretamente o mercado de trabalho e a estabilidade financeira das famílias, com reflexos mais intensos nas regiões historicamente mais vulneráveis, como o Nordeste.

Apesar da recuperação parcial observada a partir de 2021, os indicadores revelam um cenário ainda frágil e desigual, que exige políticas públicas eficazes e sustentáveis para fortalecer o emprego formal, reduzir o endividamento e promover a segurança econômica das famílias brasileiras.

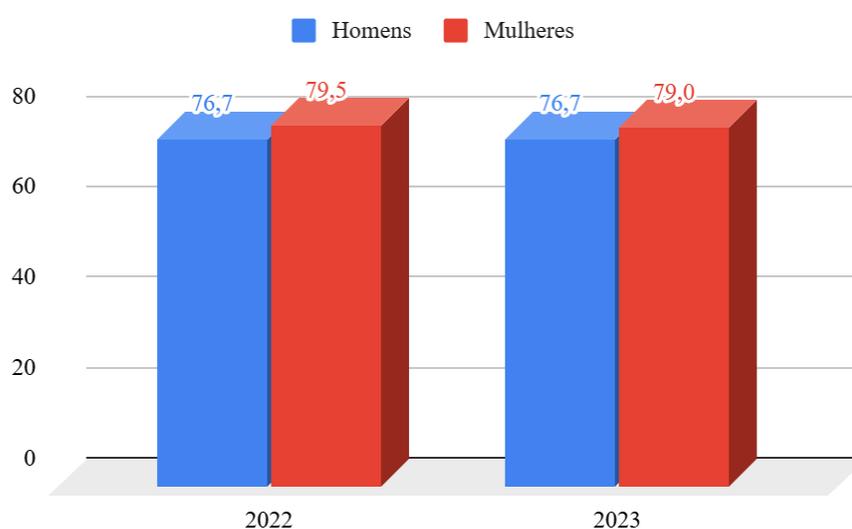
#### 4.2 Endividamento, inadimplência do consumidor brasileiro e as políticas públicas recentes

O aumento da inadimplência revelou os impactos da desaceleração econômica e da queda na renda familiar, além disso, a elevação do número de endividados, em um contexto de inflação e juros altos, estabeleceu a inadimplência como um problema social em 2022. Cabe destacar, que mesmo em um cenário de altas taxas de juros no pós-pandemia, a procura

por crédito continuou a aumentar (PEIC, 2022).

Nesse contexto, os dados de endividamento por gênero, como mostra a figura 10, apontam que as mulheres foram proporcionalmente mais afetadas. Em 2022, 79,5% das mulheres estavam endividadas, frente a 76,7% dos homens. Em 2023, enquanto o índice entre os homens permaneceu estável, a taxa entre as mulheres apresentou uma leve queda para 79,0%, mas ainda permaneceu acima da dos homens.

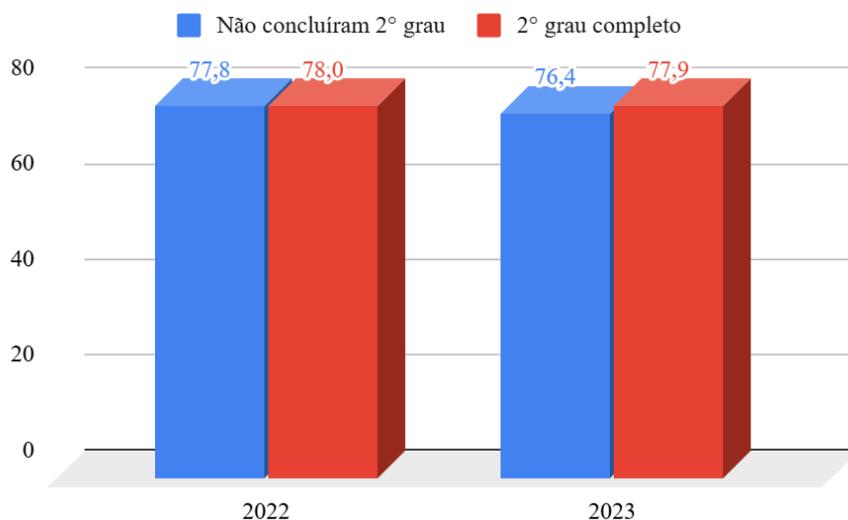
Figura 10 – Famílias endividadas por gênero (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do PEIC/CNC, 2025.

O recorte por nível de instrução também evidencia a amplitude do endividamento no país. Em 2022, o percentual de pessoas endividadas que não concluíram o ensino médio foi de 77,8%, enquanto entre aquelas com o 2º grau completo, o índice foi de 78%. Já em 2023, esses números apresentaram uma leve redução, caindo para 76,4% e 77,9%, respectivamente. Esses percentuais revelam que, mesmo com diferentes níveis de escolaridade, o endividamento permanece elevado, indicando que o grau de instrução, por si só, não tem sido suficiente para reduzir a vulnerabilidade financeira da população diante do cenário econômico adverso (observar a Figura 11).

Figura 11 – Famílias endividadadas por grau de instrução (%)

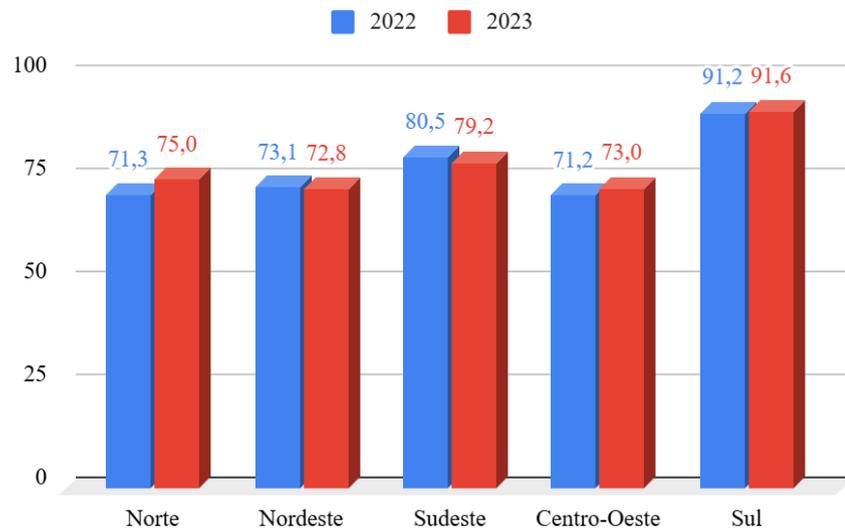


Fonte: Elaboração própria com dados do PEIC/CNC, 2025.

A análise regional do endividamento evidencia disparidades significativas entre as diferentes partes do país, como pode ser vista na Figura 12. Em 2022, o Sul apresentou o maior percentual de endividadados, com 91,2%, seguido pelo Sudeste (80,5%). Já as menores taxas foram observadas no Centro-Oeste (71,2%) e no Norte (71,3%). Em 2023, essa tendência se manteve, o Sul continuou liderando com 91,6% de endividadados.

Apesar de pequenas variações, o aumento nos percentuais do Norte e do Centro-Oeste entre 2022 e 2023 revela uma ampliação do endividamento nessas regiões. Já o Sudeste apresentou uma leve queda (de 80,5% para 79,2%), o que pode indicar uma estabilização ou início de recuperação econômica localizada. Esses dados demonstram que o fenômeno do endividamento afeta todas as regiões, embora com intensidades distintas, refletindo desigualdades econômicas e sociais históricas no país.

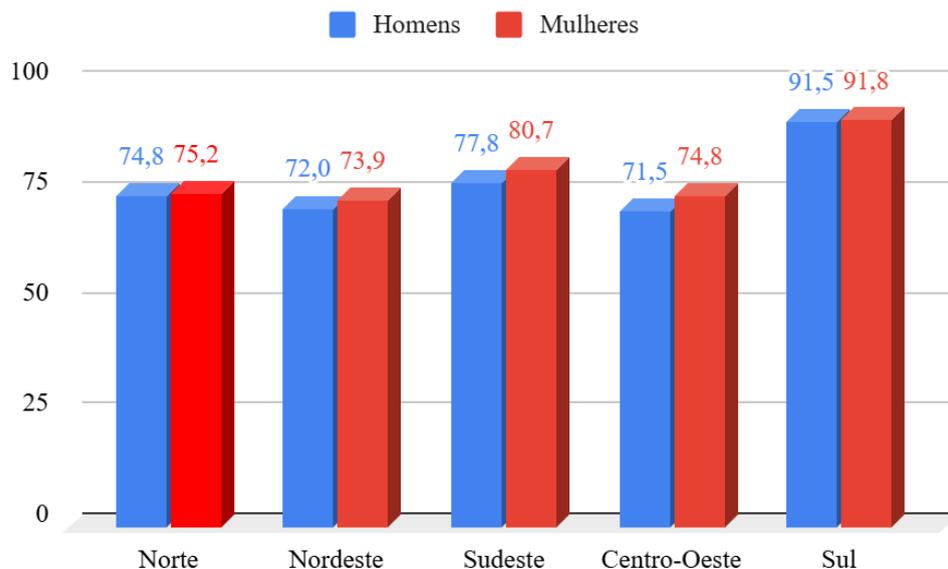
Figura 12 – Famílias endividadadas por regiões do Brasil (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do PEIC/CNC, 2025.

A Figura 13 mostra que, em todas as regiões do Brasil, as mulheres apresentam maior índice de endividamento do que os homens. A diferença é mais acentuada no Sudeste (80,7% contra 77,8%) e no Centro-Oeste (74,8% contra 71,5%). No Norte, os percentuais são praticamente iguais (75,2% mulheres e 74,8% homens). Já a região Sul apresenta os maiores índices gerais de endividamento, com 91,8% das mulheres e 91,5% dos homens.

Figura 13 – Famílias endividadadas por gênero nas regiões do Brasil (%)

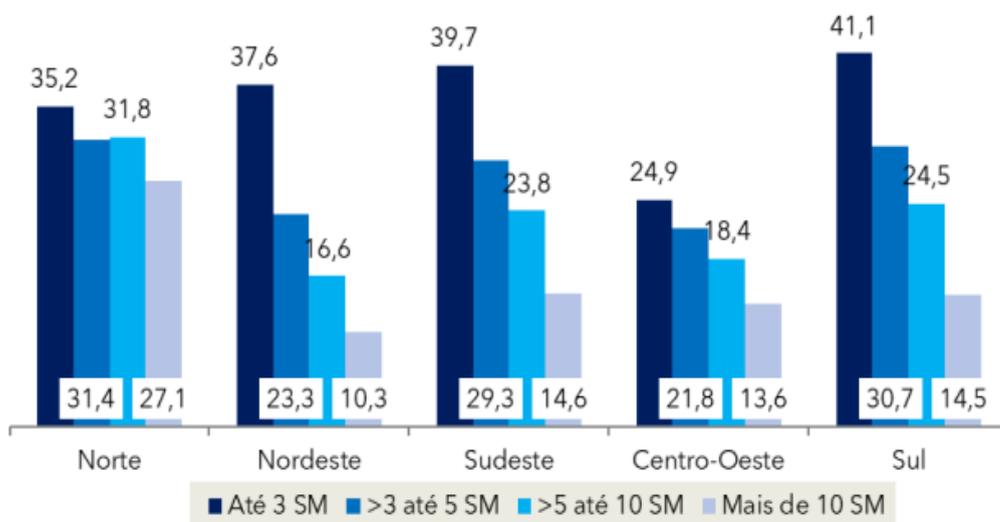


Fonte: Elaboração própria com dados do PEIC/CNC, 2025.

A Figura 14 mostra que, as famílias com renda de até 3 salários mínimos, são as que mais enfrentam dívidas em atraso em todas as regiões do Brasil. A região Sul apresenta o maior percentual desse grupo, com 41,1%, seguida pela região Sudeste (39,7%) e Nordeste (37,6%). Em contraste, os índices de endividamento são visivelmente menores entre as famílias com renda superior a 10 salários mínimos, com destaque para o Nordeste, onde apenas 10,3% desse grupo possuem dívidas em atraso.

A diferença de percentual entre as faixas de renda evidencia uma relação direta entre menor renda e maior inadimplência. A análise reforça que as famílias de baixa renda enfrentam maiores dificuldades em manter suas contas em dia, o que sugere a necessidade de políticas públicas voltadas à educação financeira e ao alívio de dívidas, especialmente nas regiões mais afetadas.

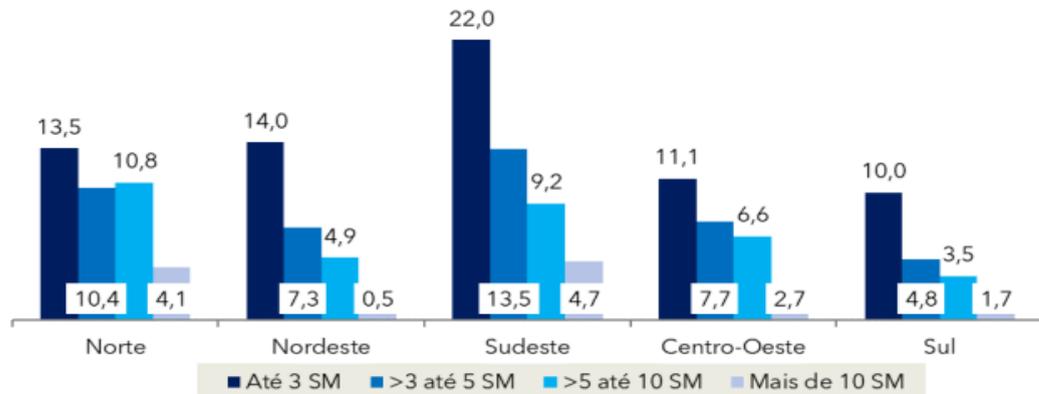
Figura 14 – Famílias com dívidas em atraso por faixa de renda (%)



Fonte: PEIC/CNC, 2023.

A Figura 15 evidencia que, as famílias com renda de até 3 salários mínimos, são as mais impactadas pela inadimplência severa, ou seja, sem condições de pagar as dívidas em atraso em todas as regiões do país. O Sudeste concentra o maior percentual (22%), seguido por Nordeste (14%), Norte (13,5%) e Centro-Oeste (11,1%). No Sul, embora o índice seja mais baixo (10%), ainda se mantém expressivo. Em contraste, as famílias com renda acima de 10 salários mínimos apresentam os menores níveis de inadimplência, reforçando a relação direta entre menor renda e maior vulnerabilidade financeira.

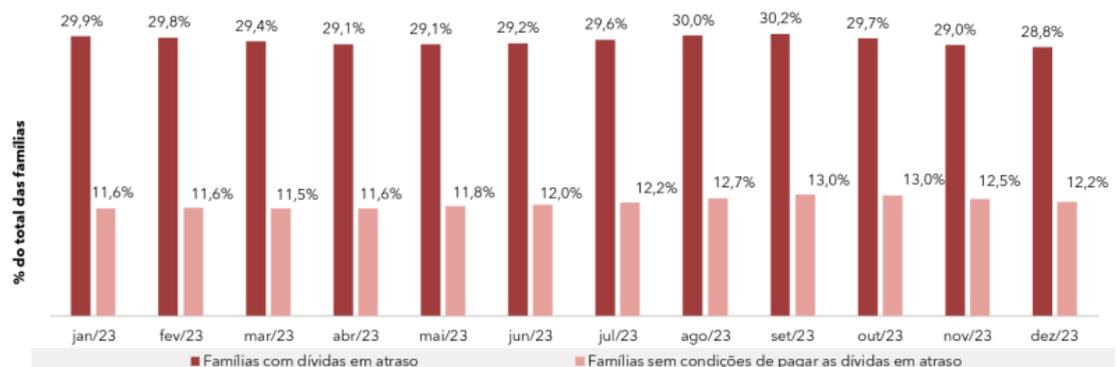
Figura 15 – Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso por faixa de renda (%)



Fonte: PEIC/CNC, 2023.

Como é possível observar na Figura 16, mesmo com um aumento nos indicadores de inadimplência no meio de 2023, com pico em setembro, quando 30,2% das famílias estavam com dívidas em atraso e 13% sem condições de quitá-las, observou-se uma leve queda no fim do ano. Em dezembro, os percentuais recuaram para 28,8% e 12,2%, respectivamente. Essa redução está associada à implementação do programa social Desenrola Brasil, que facilitou a renegociação de dívidas e aliviou parcialmente o orçamento das famílias mais endividadas.

Figura 16 – Evolução dos indicadores de inadimplência da PEIC



Fonte: PEIC/CNC, 2023

Encerrado em 2024, o Programa Desenrola Brasil beneficiou cerca de 15 milhões de pessoas e renegociou mais de R\$53 bilhões em dívidas. Na Faixa 1, destinada a pessoas com renda de até dois salários mínimos ou inscritas no CadÚnico, o número de inadimplentes reduziu de 25,2 milhões para 23,1 milhões (Tabela 4). Essa faixa foi a principal prioridade do programa, que beneficiou cerca de cinco milhões de pessoas com a renegociação de R\$25,7 bilhões em dívidas. A Faixa 2, destinada a pessoas com renda de até R\$20 mil, atendeu cerca

de 3 milhões de brasileiros, com R\$26,5 bilhões renegociados. O Serasa Limpa Nome teve aumento de 12,7% nas negociações, e em julho de 2023, mês de lançamento do programa, houve crescimento de 62% nos acordos.

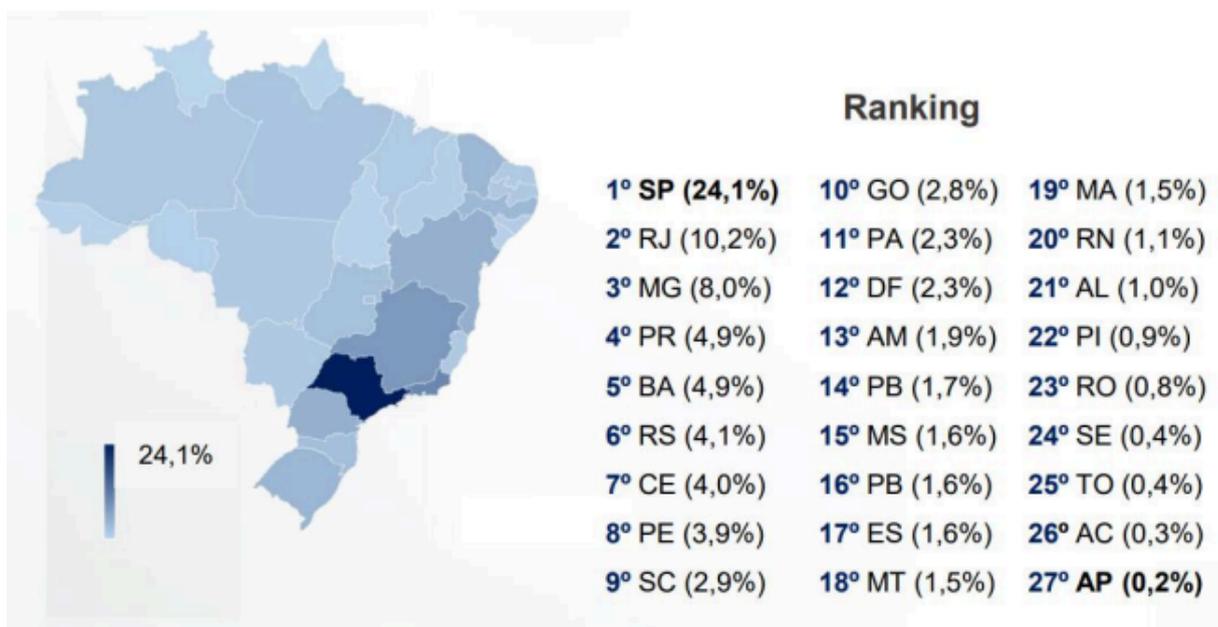
Tabela 4 – Beneficiados e renegociação por faixa

<b>Faixa</b>	<b>Beneficiados (milhões)</b>	<b>Renegociação (R\$ bilhões)</b>
Faixa 1	5,0	25,70
Faixa 2	3,0	26,50
<b>Total</b>	<b>8,0</b>	<b>52,2</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério da Fazenda, 2024.

Houve maior participação feminina (56%) e destaque para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (Figura 17). Logo, o Programa Desenrola Brasil teve grande importância, proporcionando um alívio financeiro às famílias brasileiras.

Figura 17 – Estados com mais negociações



Fonte: Ministério da Fazenda, 2024.

Iniciativas como o Desenrola Brasil são fundamentais diante do expressivo crescimento do endividamento das famílias brasileiras. Cabe destacar que, ao longo da pesquisa, não foram identificados programas semelhantes em governos anteriores, o que

revela uma fragilidade na abordagem dessa questão em gestões passadas. Ou seja, não houve, por parte de outras administrações, a mesma preocupação com o avanço das taxas de endividamento. A presidente Dilma Rousseff, por exemplo, procurou manter o padrão de consumo das famílias nos moldes do governo Lula, mesmo quando grande parte da população já enfrentava dificuldades financeiras. É fundamental, portanto, que o poder público amplie políticas de renegociação de dívidas e promova, de forma mais efetiva, a educação financeira, prática que ainda é pouco difundida entre os brasileiros, mas essencial para o equilíbrio econômico das famílias.

## 5. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar os principais fatores que contribuíram para o endividamento das famílias brasileiras no período de 2013 a 2023, com foco nos impactos das crises econômicas recentes, no acesso ao crédito e nas desigualdades socioeconômicas que afetam diferentes grupos familiares. A análise abrangeu uma década marcada por instabilidade, destacando dois períodos críticos: a recessão de 2015-2016 e a pandemia de Covid-19, que provocaram efeitos profundos sobre o mercado de trabalho, o consumo e a renda das famílias.

Os dados revelaram que o endividamento aumentou significativamente ao longo do período analisado, atingindo seu ápice nos anos pós-pandemia. Outro aspecto relevante evidenciado pela pesquisa é que o desemprego se configura como um fator determinante para o aumento do endividamento das famílias. Mesmo com a retomada gradual da economia e a geração de novos postos de trabalho nos últimos anos, a condição financeira dos lares brasileiros permaneceu frágil. A contínua dependência de modalidades de crédito com juros elevados, somada à persistência da inflação, comprometeu a capacidade de reorganização orçamentária e dificultou a superação do ciclo de endividamento.

O cartão de crédito se destacou como a principal modalidade de dívida, indicando que, muitas vezes, o crédito tem sido utilizado não apenas para consumo supérfluo, mas também para suprir necessidades básicas, como alimentação. Além disso, observou-se uma elevação preocupante da inadimplência, especialmente entre famílias de baixa renda, mulheres e pessoas com menor nível de escolaridade, reforçando a relação entre vulnerabilidade socioeconômica e dificuldades financeiras.

O estudo destaca a educação financeira como uma ferramenta fundamental para prevenir o endividamento. A ausência de orientação adequada, tanto no ambiente escolar quanto no familiar, dificulta a capacidade das pessoas de administrar seus recursos, o que contribui para a perpetuação dos ciclos de dívida. Isso é especialmente preocupante para as famílias de baixa renda, que são as mais afetadas e, frequentemente, não têm acesso à instrução financeira. Por isso, torna-se urgente implementar políticas públicas que ofereçam cursos gratuitos e ações específicas de educação financeira. Assim, a educação financeira passa a ser essencial para promover decisões financeiras mais responsáveis, sustentáveis e que garantam maior segurança econômica no longo prazo.

Vale destacar também que o programa “Desenrola Brasil”, lançado em 2023, configurou-se como uma medida positiva no enfrentamento da inadimplência, beneficiando

milhões de brasileiros ao possibilitar a renegociação de dívidas. No entanto, a ausência de políticas semelhantes em governos anteriores evidencia a fragilidade histórica na abordagem do endividamento familiar como um problema estrutural e de interesse público. Essa negligência contribuiu para que, apenas em 2022, o endividamento passasse a ser oficialmente reconhecido como um problema social no país.

Dessa forma, conclui-se que o endividamento das famílias brasileiras no período analisado reflete os efeitos das crises econômicas. Isso evidencia a necessidade de medidas coordenadas, como a ampliação da educação financeira, o fortalecimento da renda e do emprego formal, além de uma regulação mais responsável do crédito.

Como limitação do estudo, destaca-se a dificuldade de acesso a dados completos sobre o endividamento das famílias divulgados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), uma vez que alguns relatórios de determinados anos não estavam disponíveis publicamente. Essa limitação, no entanto, não comprometeu a realização da pesquisa, embora tenha exigido maior esforço na coleta e consolidação das informações.

Para trabalhos futuros, recomenda-se aprofundar a análise utilizando os microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que permitam investigar o perfil de consumo e endividamento dos domicílios. Além disso, a aplicação de modelos econométricos poderá contribuir para mensurar a influência de variáveis como desemprego, inflação e taxa de juros sobre o nível de endividamento das famílias brasileiras, contribuindo para formulação de políticas públicas mais eficazes.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Concessões de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Total**. Sistema Gerenciador de Séries Temporais – SGS. Brasília: BCB, 2025.

Disponível em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=getPagina>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses (RNDBF)**. Sistema Gerenciador de Séries Temporais – SGS. Brasília: BCB, 2025. Disponível em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=getPagina>. Acesso em: 13 jun. 2024.

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=getPagina>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa de juros – Selic acumulada no mês anualizada base 252**. Sistema Gerenciador de Séries Temporais – SGS. Brasília: BCB, 2025. Disponível em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=getPagina>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Total**. Sistema Gerenciador de Séries Temporais – SGS. Brasília: BCB, 2025. Disponível em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=getPagina>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. **Cultura, consumo e identidade**. FGV Editora, 2006.

BAUDRILLARD, J. A sociedade de consumo. 2ª edição. **Tradução: Artur Mourão**. Portugal, Lisboa: Edições, v. 70, 2008.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.

BORTOLUZZI, D. A. et al. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. **Revista Perspectiva**. Rio Grande do Sul, v. 39, n. 146, p. 111-123, 2015.

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. **Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF**.

Brasília, DF, 2020. Disponível

em:[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm). Acesso em: 15 fev. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. **[Revogado pelo Decreto nº 10.393, de 2020]. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências**. Brasília, DF, 2010. Disponível

em:[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm). Acesso em: 15 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Política Econômica. **Redução da má**

**alocação de recursos (misallocation) para a retomada do crescimento da produtividade na economia brasileira.** Nota Informativa, Brasília, 6 fev. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/conjuntura-economica/estudos-economicos/2019/ni-misallocationfinal.pdf/view>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Desenrola Brasil encerra com benefício a mais de 15 milhões de pessoas e redução da inadimplência entre a população mais vulnerável do país.** Brasília, 21 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/desenrola-brasil-encerra-com-beneficio-a-mais-de-15-milhoes-de-pessoas-e-reducao-da-inadimplencia-entre-a-populacao-mais-vulneravel-do-pais>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BROWN, S.; TAYLOR, K.; PRICE, S. W. Debt and distress: Evaluating the psychological cost of credit. **Journal of Economic Psychology**, v. 26, n. 5, p. 642-663, 2005. Disponível em: [https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0167487005000103?casa\\_token=pmydoa\\_A\\_bwAAAAA:FITWx6ivXrSXPzDvpoIyEkRGkMWxTDhE19QD227z3GoXp4Si2KfqRUtBp4MpRhGs-\\_KBAABDr7E](https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0167487005000103?casa_token=pmydoa_A_bwAAAAA:FITWx6ivXrSXPzDvpoIyEkRGkMWxTDhE19QD227z3GoXp4Si2KfqRUtBp4MpRhGs-_KBAABDr7E). Acesso em: 16 nov. 2024.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico.** Editora Todavia SA, 2018.

CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009

CLARK, R. L. et al. **Financial education and retirement savings.** TIAA-CREF Institute, 2001.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; OLIVEIRA, A. R.; CAMPOS, O. V. Educação financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, 2014. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1029>. Acesso em: 7 jul. 2025.

COBRA, M. **Marketing básico: uma abordagem brasileira.** Atlas, 1997.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC).** Disponível em: <https://pesquisascnc.com.br/pesquisa-peic/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Endividamento e inadimplência no Brasil - Peic 2022.** 2022. Disponível em: <https://endividamento.brasil.peic>. Acesso em: 13 jun. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Balço do endividamento e da inadimplência do consumidor brasileiro em 2023 - Peic 2023.** 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/01/inadimplencia-peic-cnc-2023.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2024.

CORSI, F. L. Da recessão à frágil recuperação: uma análise da política econômica (2015-2018). **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 52, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/13231>. Acesso em: 15 nov. 2024.

DA SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Educação Financeira na escola: A perspectiva da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Boletim Gepem**, n. 66, p. 3-19, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/gepem/article/view/44>. Acesso em: 16 nov. 2024.

DE ARAÚJO, V. L. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022):: neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, p. 77-112, 2025. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/1210>. Acesso em: 15 mai. 2025.

DE CARVALHO, A. L. G. Endividamento, Mercado de Crédito e Covid-19: influências da política nacional na microeconomia familiar. **Epitaya E-books**, v. 1, n. 52, p. 45-62, 2023. Disponível em: <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/865>. Acesso em: 11 jun. 2025.

DE OLIVEIRA, A. S. et al. Educação Financeira como base para a organização e planejamento eficaz de hábitos financeiros a longo prazo. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 6, n. 1, p. e616151-e616151, 2025. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/6151>. Acesso em: 11 jun. 2025.

DEL FIORI, D. et al. O endividamento da população brasileira: o papel da educação financeira. **INFORME ECONÔMICO (UFPI)**, v. 49, n. 2, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/view/4759>. Acesso em: 11 jun. 2025.

DONADIO, R.; CAMPANÁRIO, M. A. ; RANGEL, A. S. O papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **REMark-Revista Brasileira de Marketing**, v. 11, n. 1, p. 75-93, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4717/471747527005.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

DUESENBERY, J. S. **Income, Saving and the Theory of Consumption Behavior**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1949.

DWECK, E.; TEIXEIRA, R. A. **A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica**. Texto para discussão, v. 1, n. 303, p. 01-42, 2017. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2018/09/TD303.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2025.

EKER, T. H. **Os segredos da mente milionária**: aprenda a enriquecer mudando seus conceitos sobre o dinheiro e adotando os hábitos das pessoas bem-sucedidas. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

FERNANDES, R. A. S.; PARAISO, S. C. S. O crescimento do índice de endividamento das famílias brasileiras. **Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação**, v. 6, n. 2, p. 12-26, 2020. Disponível em: <https://revistas.icesp.br/index.php/Cosmopolita/article/view/1031>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FERREIRA, F. G. B. C. A Regra de Ouro como Limite Constitucional ao Endividamento Público no Brasil. **Dívida Pública**, 2019. p. 607-640. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/25-21514/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

FORTUNA, E. **Mercado financeiro**. 16.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

GENTIL, D. L. Ajuste fiscal, privatização e desmantelamento da proteção social no Brasil: a opção conservadora do governo Dilma Rousseff (2011-2015). **Revista da Sociedade brasileira de economia política**, 2017. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/277>. Acesso em: 12 nov. 2024

GIL, A. C. et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 6784 - Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita, População residente e Deflator**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6784>. Acesso em: 09 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 4562 - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4562#resultado>. Acesso em: 09 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 5932 - Taxa de variação do índice de volume trimestral**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5932>. Acesso em: 09 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA: séries históricas e variações mensais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?t=series-historicas>. Acesso em: 9 jun. 2025.

JOSINO, J. R.; FONTELES, J. C. P.; PORDEUS, M. P. O programa Desenrola Brasil - estímulo à economia ou a mais endividamento das famílias?. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 10, p. 6850-6867, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/12412>. Acesso em: 11 jun. 2025.

KATONA, G. **The Quality and Economic of Anticipation Data**. New York: Princeton University Press, 1960.

KIYOSAKI, R. T.; LECHTER, S. L. Pai rico, pai pobre. **Rio de Janeiro: Campus**, 2000.

LIPOVETSKY, G. A sociedade da decepção. In: **A sociedade da decepção**. Barueri, SP: Manole, 2007.

MACEDO JR., J. S. **A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MANKIW, N. G. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro : LTC, 1995.

MARQUETTI, A.; MIEBACH, A. D.; MORRONE, H. De volta ao poder: perspectivas e limites do governo Lula. **Texto para discussão. Florianópolis: NECAT/UFSC**, n. 52, 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppge/wp-content/uploads/2023/01/TextoParaDiscussao.pdf>. Acesso em 15 mai. 2025.

MATIAS, W. B. A “solução Temer” e a política esportiva. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, p. e004721, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/W5FjGP7KpPP9nNkfrCzwtpm/>. Acesso em: 15 mai. 2024.

MEDEIROS, G. L. B.; PEREIRA, L. N. Ausência de educação financeira no Brasil: O impacto à sociedade e a possibilidade de reversão/Lack of financial education in Brazil: The impact on society and the possibility of reversing. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 10, p. 101408-101417, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/38778>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MESQUITA, L. S. et al. Comportamento associados ao endividamento dos moradores de São José de Ribamar-Ma. **REVISTA FOCO**, v. 16, n. 6, p. e2306-e2306, 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/2306>. Acesso em: 16 nov. 2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MOREIRA, A. **Valores e dinheiros**: um estudo transcultural das relações entre prioridades de valores e significado do dinheiro para indivíduos. 2000.

MORI, R. Perspectivas para 2019. **AgroANALYSIS**, v. 39, n. 01, p. 12-13, 2019.

**OCDE**. Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira. Paris: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2005.

Disponível em:

<https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/%5bPT%5d%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

OLIVIERI, M. de F. A. Educação Financeira. **REVISTA ENIAC PESQUISA**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 43–51, 2013. Disponível em:

<https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/108>. Acesso em: 11 jun. 2025.

OREIRO, J. L. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. **Estudos Avançados**, v. 31, p. 75-88, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/SxFbPNLxcStN6BKL7JTjtT/>. Acesso em: 15 mai. 2025.

PICCINI, R. A. B.; PINZETTA, G. Planejamento financeiro pessoal e familiar. **Unoesc & Ciência-ACSA**, v. 5, n. 1, p. 95-102, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.unoesc.edu.br/acsa/article/view/4555>. Acesso em: 11 jun. 2025.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2006.

PIRES, D. et al. Educação financeira como estratégia para inclusão de jovens na Bolsa de Valores. **Tourism & Management Studies**, v. 3, p. 720-730, 2013. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/3887/388743876003.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2025

PRANDO, R. A. Jair Bolsonaro: 2018-2022–Discurso, ação política e eleições. **Revista**

**InterAção**, v. 13, n. 2, p. 46-56, 2022. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/71720>. Acesso em: 11 jun. 2025.

RASSIER, L. H. **Conquiste sua liberdade financeira**: organize suas finanças e faça o seu dinheiro trabalhar para você. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

REIS, A. Educação financeira: uma estratégia para o desenvolvimento do empreendedorismo. **Uma Nova Pedagogia para a Sociedade Futura**, p. 452-458, 2016. Disponível em:  
<https://ciodh.emnuvens.com.br/novapedagogia/article/view/185>. Acesso em: 12 jan. 2025.

REIS, J. B. M. A Nova Matriz Econômica e a recessão econômica do governo Dilma Rousseff: Erros e consequências sobre o nível de atividade econômica. In: **VIII Congresso de Relaciones Internacionales (La Plata, 2016)**. 2016. Disponível em:  
[https://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/58146/Documento\\_completo.pdf?sequence=1](https://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/58146/Documento_completo.pdf?sequence=1). Acesso em: 11 jun. 2025.

ROSSATO, V. P.; BESKOW, R. P.; PINTO, N. G. M. O Endividamento e os seus Consequentes nas Capitais Brasileiras de 2010 a 2017. **Revista de Administração IMED**, v. 9, n. 1, p. 94-113, 2019.

ROZA, E.; PIANA, L. S.; BATISTA, V. C. Endividamento Familiar: fatores ocultos e estratégias para promover a estabilidade financeira. **REVISTA FOCO**, v. 17, n. 10, p. e6586-e6586, 2024. Disponível em:  
<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6586>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SANTOS, A. C.; SILVA, M. Importância Do Planejamento Financeiro No Processo De Controle Do Endividamento Familiar: Um Estudo De Caso Nas Regiões Metropolitanas Da Bahia E Sergipe. **Revista Formadores**, v. 7, n. 1, p. 05-17, 2014. Disponível em:  
<https://adventista.emnuvens.com.br/formadores/article/view/396>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SANTOS, C. P.; FERNANDES, D. V. D. H. A socialização de consumo e a formação do materialismo entre os adolescentes. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, p. 169-203, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/bd6F4sNNxr7Wnfk6xHd9N7J/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SATO, J. H. V; PAYÉS, M. A. M. O crescimento econômico durante o governo Dilma (2011-2014). **Sorocaba/SP**, p. 81, 2016. Disponível em:  
<https://sistema.uniso.br/site-uniso/ecos/revista-ecos-2016.pdf#page=83>. Acesso em: 15 mai. 2025.

SERASA. **Perfil e Comportamento do Endividamento Brasileiro 2022**. Disponível em:  
<https://www.serasa.com.br/imprensa/pesquisa-de-endividamento-2022/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC BRASIL); MEU BOLSO FELIZ. **Pesquisa Educação Financeira: orçamento pessoal e conhecimentos financeiros**. 2015. Disponível em:  
[https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st\\_imprensa/analise\\_educacao\\_financeira\\_2015.pdf](https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_2015.pdf). Acesso em: 14 jun. 2025.

SOUZA, G.; SOARES, M. G. M. Contrarreformas e recuo civilizatório: um breve balanço do

governo Temer. **Ser Social**, v. 21, n. 44, p. 11-28, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231261839.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2025.

THEODORO, F. R. F.; GINDRO, W.; JUNIOR, A. C. A educação econômico-financeira como tema transversal nos cursos de tecnologia. In: **WORKSHOP DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**, 5. São Paulo: Centro Paula Souza, 2010. Disponível em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/files/artigo/file/760/92d7e1f36aa4e8cf15de8af301e18e8b.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

TÔRRES, L. L.; GOMES, D. W. R. Educação financeira e gestão inteligente das finanças. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 8, p. 362-380, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15051>. Acesso em: 11 jun. 2025.

VAZ, C.; MACHADO, P. L. N. **A economia política da pandemia de COVID-19: O Brasil na encruzilhada entre o “velho normal” e as novas tendências internacionais**, 2023. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/vpjzm/pdf/fontainha-9788575116067-15.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.

VILLAR MARTINS, G. I. Uma revisão sobre a teoria da função consumo e sua aplicação empírica ao caso brasileiro. **Multitemas**, [S. l.], n. 15, 2016. Disponível em: <https://multitemasucdb.emnuvens.com.br/multitemas/article/view/1133>. Acesso em: 11 jun. 2025.

WINGLER, E. N.; PEDRONI, J. V. S.; ZOBOLI, J. A. Endividamento das famílias brasileiras frente à crise da pandemia do Covid-19 e a falta de Educação Financeira. **Cadernos Camilliani e-ISSN: 2594-9640**, v. 18, n. 3, p. 3101-3114, 2021. Disponível em: <https://saocamilo-es.brrevista/index.php/cadernoscamilliani/article/view/522>. Acesso em 11 jun. 2025.